



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**A Revista Brasileira de Geografia em Foco:
Um Panorama Político-Territorial do Brasil - 1939 a 1945.**

ADRIANA DE MELO SIMAS

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADRIANA DE MELO SIMAS

**A Revista Brasileira de Geografia em Foco:
Um Panorama Político-Territorial do Brasil - 1939 a 1945.**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dra. Mônica Sampaio Machado

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CTC/C

Reservado à Ficha de Catalogação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**A Revista Brasileira de Geografia em Foco:
Um Panorama Político -Territorial do Brasil - 1939 a 1945.**

ADRIANA DE MELO SIMAS

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Sampaio Machado
(Presidente da Banca)

Profa. Dra. Cristina Pessanha Mary
(Universidade Federal Fluminense)

Prof. Dr. Eli Alves Penha
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Inês Aguiar de Freitas
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Rio de Janeiro
2008

*Aos meus Pais, Luiz e Célia,
pelo amor e estímulo constantes*

AGRADECIMENTOS

À Prof. Mônica Sampaio Machado, que, como orientadora e amiga, ofereceu todas as condições necessárias à realização do presente trabalho.

Aos Professores Cristina Pessanha Mary, Eli Alves Penha e Inês Aguiar de Freitas, por aceitarem fazer parte da minha banca e pelas valiosas sugestões quanto à forma do trabalho.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Geografia, por contribuírem para o meu aperfeiçoamento profissional.

À CAPES pela bolsa de estudo concedida

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central levantar e analisar a produção intelectual da Geografia brasileira dedicada ao estudo do território em sua escala nacional. Para tanto, serão apresentados os autores, os temas de estudos e propostas políticos-territoriais vinculadas na Revista Brasileira de Geografia (RBG), periódico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1939 e 1945. Tem-se como hipótese que a produção intelectual da Geografia brasileira forneceu, através de variados estudos sobre o território e a população, base para a implementação de uma política de integração e construção nacional no período supracitado.

Palavras-Chave: Historiografia da Geografia; IBGE; Revista Brasileira de Geografia.

ABSTRACT

The present work has as objective central to raise and to analyze the intellectual production of Brazilian Geography dedicated to the study of the territory in its national scale. For in such a way, the authors, the subjects of studies and tied politician-territorial proposals in the Revista Brasileira de Geografia (RBG), periodic of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) will be presented, between 1939 and 1945. He has yourself as hypothesis that the intellectual production of Brazilian Geography supplied, through varied studies on the territory and the population, base for the implementation of one politics of integration and national construction in the above-mentioned period.

Key-Words: Historiography of Geography; IBGE; Revista Brasileira de Geografia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Revista Brasileira de Geografia Escalas Geográficas de Análise – 1939 a 2005.....	39
Gráfico 2 – Revista Brasileira de Geografia Área de Conhecimento – 1939 a 2005.....	39
Gráfico 3 – Revista Brasileira de Geografia Artigos e Comentários – 1939 a 2005.....	40
Gráfico 4 – Revista Brasileira de Geografia Artigos dedicados ao Brasil – 1939 a 2005.....	42
Gráfico 5 – Revista Brasileira de Geografia Escalas Geográficas de Análise – 1939 a 1945.....	43

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
RBE	Revista Brasileira de Estatística
RBG	Revista Brasileira de Geografia
UDF	Universidade do Distrito Federal
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Os Arranjos Políticos-Institucionais no Contexto da Revolução de 30: o Colapso do Estado Oligárquico e a Nova Orientação Política	17
2 A Institucionalização da Geografia no Brasil	28
3 RBG: OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS	36
3.1 RBG: Análise da Produção – 1939 a 1996	38
4 RBG: PRINCIPAIS TEMAS E CONTRIBUIÇÕES – 1939 a 1945	43
4.1 A Questão dos Transportes e da Comunicação no Brasil	45
4.2 Estudos sobre a População Brasileira	55
4.2.1 Geografia Humana do Brasil.....	55
4.2.2 A população do Brasil	60
4.2.3 O Ouro e a Vida nalgumas regiões do Brasil	64
4.2.4 Civilização do Açúcar no Brasil	66
4.3 Estudos sobre o Território	68
4.3.1 Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico	68
4.3.2 O Crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no Último Decênio.....	70
4.3.3 Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira	71
4.4 Divisão Regional	76
4.4.1 Divisão Territorial do Brasil	76
4.4.2 Divisão Regional do Brasil	79
4.4.3 A Redivisão Política do Brasil	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central levantar e analisar a produção intelectual da Geografia brasileira dedicada ao estudo do território em sua escala nacional. Para tanto, serão apresentados os autores, as pesquisas e as propostas políticos-territoriais vinculadas na Revista Brasileira de Geografia (RBG), periódico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1939 e 1945.

Para este trabalho, tem-se como hipótese que a produção intelectual da Geografia brasileira forneceu, através de variados estudos sobre o território e a população, base para a implementação de uma política de integração e construção nacional no período supracitado. A partir da investigação dos artigos publicados na RBG, descobrimos que os estudos destinados ao território brasileiro estão mais presentes nos momentos de centralização política em torno do Estado e relacionados a projetos políticos nacionais.

A Revista Brasileira de Geografia é publicada desde 1939 e o seu último número data do ano de 2005, contabilizando 1167 artigos e comentários, distribuídos em 59 volumes. Esses artigos foram organizados e classificados em um quadro síntese, através de uma metodologia estabelecida pelo Grupo de Pesquisa Geografia Brasileira: História e Política, que contém: ano, volume, número, título dos artigos, autores, recorte espacial, escala geográfica de análise, estados da federação, regiões do Brasil, áreas de conhecimento da

ciência geográfica e resumo. Essa metodologia possibilitou a confecção de gráficos e propiciou instrumentos de análise para a avaliação da produção intelectual da Geografia brasileira.

Devido à importância do período, associado à expansão do território nacional, e ao número elevado de artigos e comentários contidos no referido periódico, foi estabelecido como recorte temporal de análise o período compreendido entre 1939, ano de publicação do primeiro número da Revista, e 1945, ano que marca o fim do primeiro Governo de Getúlio Vargas. Com efeito, essa época é associada à idéia da construção do Brasil moderno, cada vez mais urbano, com acelerado ritmo de crescimento da produção industrial e menos dependente de sua tradicional base agro-exportadora.

Visando à consolidação da integração territorial, o desenvolvimento da economia e a construção da identidade nacional, o Estado assume nesse momento o papel de agente da modernização brasileira. As ações do Governo passaram a ser orientadas segundo o princípio da administração racional, através da criação de modernas instituições, que buscou substituir as decisões meramente políticas por decisões técnicas, através da formação de uma burocracia composta por profissionais.

O projeto nacional do período foi elaborado com o objetivo de unir as diversas partes da nação através do fortalecimento da defesa nacional, dos meios de comunicação e de transporte. Este projeto foi instrumentalizado através de estudos e pesquisas sobre as riquezas e os recursos presentes no país.

Nessa mesma época são criados órgãos administrativos de caráter regulador subordinados ao governo central, com objetivos “centralizadores,

desenvolvimentistas e nacionalista”¹. Entre esses órgãos estão o Conselho Nacional de Estatística (CNE); o Conselho Nacional de Geografia (CNG); e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsáveis pela coleta de informações sobre o Brasil.

O Conselho Nacional de Estatística (CNE) foi criado em 1936 pelo Governo Federal com a incumbência de padronizar a ação dos órgãos componentes da estatística federal e para que todos as apurações exprimissem os dados sobre a realidade brasileira com o mesmo rigor científico. Já o Conselho Nacional de Geografia, criado em 1937, destinou-se desde o princípio a reunir e coordenar os estudos sobre a geografia do Brasil, no sentido de intensificar a cooperação geral para um conhecimento melhor do território brasileiro².

Como resultado da junção dos dois Conselhos – CNG e CNE, o IBGE surge em 1938 com a tarefa de coordenar e executar as políticas, os levantamentos e os estudos analítico-territoriais do Estado Nacional, articulando e complementando os serviços estatísticos e geográficos. A atuação do Instituto tinha por finalidade central o fortalecimento do Estado a partir da sua base territorial. Os estudos elaborados por seus técnicos, com base na observação geográfica, estatística ou censitária, constituíram-se em um importante instrumento político-territorial do Governo Vargas e em valiosas contribuições para o esclarecimento de certos problemas fundamentais na vida

¹ MACHADO, Mônica Sampaio. A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira. Orientador: André Roberto Martin. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, p. 07

² SCHATZMAN, Simon. Estado Novo, um Auto-Retrato. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 169

do país, mesmo quando as soluções sugeridas não tiveram imediata implementação.

O produto destes estudos é publicado nas edições do Anuário Estatístico do Brasil, do Boletim Estatístico e da Revista Brasileira de Estatística, de responsabilidade do CNE; e nas edições da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico, de responsabilidade do CNG.

Especificamente, a RBG é publicada com o objetivo de promover um melhor conhecimento e divulgação do território brasileiro, estimulando a elaboração de trabalhos especializados, e de difundir a metodologia geográfica moderna e a metodologia do ensino da Geografia. Este periódico veicula os trabalhos do IBGE e de profissionais de outras instituições que colaboravam como consultores do Instituto, tendo influenciado os caminhos da Geografia em todo o país.

É também na década de 1930 que ocorre a institucionalização da Geografia brasileira com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935. A criação das universidades no Brasil não só possibilitou a implantação da Geografia Moderna no país, como também, juntamente com outras instituições (entre elas o IBGE, os conselhos acima citados, comissões e planos de desenvolvimento econômico e cultural), permitiu pôr em prática uma série de medidas para a concretização do projeto político idealizado.

É dentro desse contexto que surge a publicação RBG conforme os propósitos mencionados. Para apresentar o conjunto deste trabalho, quatro foram os pontos organizados. O primeiro capítulo, intitulado *“Os Arranjos Políticos-Institucionais no Contexto da Revolução de 30: o Colapso do Estado*

Oligárquico e a Nova Orientação Política”, tem como objetivo recuperar a crítica ao modelo político da República Velha e os novos arranjos políticos-institucionais que surgiram com a Nova República, sob o comando de Getúlio Vargas.

O segundo capítulo, *“A Institucionalização da Geografia no Brasil”*, trata das novas instituições do período que foram responsáveis pela implantação da moderna Geografia no país, a saber: Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as Universidades de São Paulo e do Distrito Federal.

“RBG: Objetivos e Características” é o terceiro capítulo deste trabalho e tem por objetivo apresentar a Revista Brasileira de Geografia, sua importância e finalidade. É delimitado um panorama sobre toda a sua produção (1939 a 2005).

Com intuito de melhor conhecer os projetos políticos territoriais para o país no Estado Novo, serão apresentados, no quarto capítulo, intitulado *“RBG: Principais Temas e Contribuições”*, alguns estudos presentes na RBG durante os anos de 1939 a 1945. Esses estudos estão divididos em quatro temas, a saber: A Questão dos Transportes e da Comunicação no Brasil; Estudos sobre a População Brasileira; Divisão Regional; e Território Brasileiro: solo, clima e energia.

1. “Os Arranjos Políticos-Institucionais no Contexto da Revolução de 30: o Colapso do Estado Oligárquico e a Nova Orientação Política”

A Era Vargas (1930-1945) é assinalada como um marco divisor na história das relações políticas brasileiras. Tendo como características o combate às oligarquias regionais e a adoção de novos princípios políticos – “de caráter autoritário, centralizador e nacionalista”³, esse período baliza a construção de um Brasil urbano, moderno e industrial. As motivações para a Revolução de 1930 têm as suas raízes na década de 1920, quando do surgimento de forças sociais que levou à contestação do Estado Oligárquico.

Durante a Primeira República (1889-1930), o Estado brasileiro havia sido composto por pactos instáveis entre as diversas oligarquias regionais, que se mantiveram no concerto nacional antes por consentimento do que por subordinação à União, utilizando a burocracia estatal como lócus de reprodução dos seus poderes.

A divisão das fontes de receita e de responsabilidade entre o Estado e as unidades federativas, previstas pela Constituição de 1891, trouxe como consequência o desenvolvimento das forças econômicas nas antigas províncias, exacerbando o espírito regionalista nos estados mais prósperos e ricos, cada vez melhores aparelhados militarmente. Em contrapartida, o Estado brasileiro encontrava-se cada vez mais pobre com a perda dessas receitas, sobrecarregado com as crescentes responsabilidades da administração que se expandia e via-se defrontado por esses núcleos de força regional⁴.

³ ABREU, Luciano Aronne de. O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventorias. São Leopoldo: UNISINOS, 2005, tese de doutorado. p. 15

⁴ AMARAL, Azevedo. O Estado Autoritário e a Realidade Nacional Rio de Janeiro – José Olympio – 1938, p. 39 – 41.

Além disso, o modelo político liberal adotado no período era paradoxal à realidade social da população, já que não atentava para as peculiaridades nacionais⁵, a saber: séculos de escravidão, décadas de voto censitário e mudança de regime sem transformações substantivas da sociedade⁶. De tal modo que o sistema representativo direto através do sufrágio universal, julgado como a expressão mais adiantada do pensamento político, produziu no Brasil efeitos prejudiciais à eficiência do Estado. A disparidade entre as condições reais de cultura da maioria da população e esse sistema, que se baseia na hipótese da capacidade do eleitorado de exercer com discernimento a prerrogativa cívica, criou *“um obstáculo intransponível ao êxito do método sobre o qual se baseava a nossa organização democrática”*.⁷

Toda a estrutura política da República Velha foi sustentada na chamada Política dos Governadores, implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos pela elite política do respectivo estado: *“A política dos estados [...] é a política nacional”* (Sales, 1908:252 apud Carvalho, 1997). Em troca da autonomia local e da não interferência do governo federal nas questões provinciais, as elites estaduais garantiam o apoio de suas bancadas ao presidente da República. A consequência dessa situação era uma troca de favores entre o poder público, progressivamente fortalecido, e uma forma peculiar de manifestação do poder privado⁸.

⁵ AMARAL, Ibid p. 41; Gomes, Ângela de castro. O redescobrimento do Brasil in: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 113

⁶ PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando "Velhas" Questões: Coronelismo e Clientelismo Vassouras, Anpuh. 1998

⁷ AMARAL, op. Cit, p.42

⁸ NUNES LEAL, Victor. Coronelismo, Enxada e Voto – São Paulo; Alfa Ômega, 1976. p.20

O governador era o chefe da política estadual e em torno dele se reuniam as oligarquias locais, representadas principalmente pela alegórica figura do Coronel. Devido ao sufrágio “promíscuo” e à eleição direta, o governo não podia prescindir do eleitorado, cuja maioria vivia em situação de dependência e sob influência dos chefes locais, os senhores da terra. Os Coronéis atuavam distribuindo favores para a população em troca do voto em seus candidatos, formando os chamados “currais eleitorais”.

“Esses pleitos, em que a voz oracular da soberania nacional saía de urnas onde se acumulavam as cédulas, lançadas por eleitores muitos dos quais ainda não sabiam bem se o Brasil era uma república ou ainda uma monarquia, caracterizam de um modo impressionante e quase trágico a situação anômala em que nos mantivemos, sem contato com a realidade nacional, durante a nossa pitoresca aventura política.” (AMARAL, 1938, P. 43)

De acordo com Azevedo Amaral, os grupos oligárquicos não eram a origem, mas o resultado da imposição de uma organização inadaptável às condições sociais e econômicas do país. Deste modo, a eclosão das oligarquias teria sido a maneira que o organismo nacional encontrou para reagir aos efeitos da democracia liberal, cuja prática efetiva poderia ter arrastado o país para uma situação de anarquia e de caos social⁹.

O desenvolvimento econômico e o potencial eleitoral de cada Estado determinavam a hierarquização dessas burguesias agrárias, divididas entre centrais e periféricas. As oligarquias centrais, compostas pelos estados de Minas Gerais¹⁰ e São Paulo, distinguem-se pela produção agrícola voltada ao

⁹ AMARAL op. Cit. p. 46.

¹⁰ A decadência da cafeicultura mineira na década de 1920 resultou no monopólio paulista e na conversão de Minas Gerais em oligarquia secundária.

mercado externo, pelo domínio do mercado nas relações inter-regionais e pelo controle do Estado Nacional, onde se revezavam na Presidência da República e determinavam as diretrizes das políticas públicas.

Apesar da autonomia estadual concedida pela federação, algumas medidas econômicas importantes – políticas monetárias, financeira, cambial, etc. – tinham que ser tomadas no âmbito federal e tinham conseqüências em todo o território. Por esse motivo, pela defesa de seus respectivos interesses, surgiu a união política entre Minas Gerais e São Paulo.

O Rio Grande do Sul era a terceira potência política do Brasil, com uma economia voltada para o mercado interno e em nível intermediário das economias paulista e mineira. Com grande penetração nos meios militares e políticos e devido a sua expressão eleitoral, exercia uma posição de coadjuvante no pacto oligárquico. As oligarquias dos demais estados da federação eram classificadas como periféricas por conta de sua economia de bens de subsistência e de bens intermediários, sendo destinadas a prover a economia principal ¹¹.

O pacto oligárquico fora quebrado no momento em que São Paulo, no advento da sucessão presidencial, insistiu em colocar um candidato paulista para suceder o então presidente Washington Luís, também paulista. Soma-se a isso, a tentativa frustrada de Minas Gerais em fraudar o número de sua população para obter mais cadeiras no senado e a retaliação de São Paulo, que, através da figura do Presidente da República, impôs sanções econômicas

¹¹ TAVARES, José Antônio Giusti. A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. p. 105

federais e retirou dos mineiros 14 cadeiras no Congresso para a oposição pró-paulista e todas as presidências de Comissões do Congresso.

É importante destacar também nessa conjuntura política, o crescimento do setor fabril e o surgimento de uma classe burguesa industrial, que reivindicavam uma política monetária, fiscal e cambial que favorecesse o setor, acirrando ainda mais a disputa entre os diversos interesses políticos.

A elite política mineira, então ameaçada em suas relações com o governo federal e frustrada em suas ambições, apoiou a oposição liderada pelo Rio Grande do Sul, sempre insatisfeito com o domínio de paulistas e mineiros e que aspirava ampliar a sua participação nos centros de poder. Juntou-se ainda a eles o estado da Paraíba, formando a Aliança Liberal contra o candidato de São Paulo, Júlio Prestes, à presidência da República. A oposição ficou demarcada, assim, pela contraposição básica entre interesses voltados para o mercado interno e interesses voltados para o mercado externo.

Adiante, perante a crise cafeeira e a negativa de Washington Luís em realizar a política de valorização dos preços internacionais do café exigido pelos cafeicultores paulistas, a oligarquia paulista também apoiou a Aliança Liberal, ainda que retoricamente, defendendo, entretanto, a continuação do federalismo como ponto chave da organização política do país¹².

A influência dos fatores econômicos foi de vital importância para o desenvolvimento do processo revolucionário, uma vez que a crise econômica sucedida com a Grande Depressão também atingiu o proletariado urbano em progressão e mais consciente do seu papel político.¹³

¹² GOMES, Ângela Castro. Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 28

¹³ AMARAL, op. cit. pág. 51.

Getúlio Vargas era o candidato da Aliança Liberal à presidência da República. A sua plataforma política propunha mudanças no sistema eleitoral, através do voto secreto e da representação proporcional, o direito ao voto feminino, o combate às fraudes eleitorais e propunha, ainda, reformas sociais que eram reivindicações das camadas urbanas, como a adoção da jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher¹⁴. Preconizava ainda anistia para os revolucionários de 1922 e a adoção de medidas econômicas protecionistas para os produtos de exportação além do café.

Como de costume, a eleição que se seguiu foi fraudada por ambos os lados e o candidato do governo declarado vencedor. Porém, o assassinato de João Pessoa, governador da Paraíba e candidato à vice-presidência na chapa de Getúlio Vargas, por um inimigo político local causou uma comoção popular e forneceu as bases para que os elementos mais radicais da Aliança Liberal buscassem o apoio dos tenentes remanescentes das revoltas de 1922 e retomassem a luta, com propósito abertamente revolucionário. Estava feita a aliança entre as dissidências oligárquicas e militares, que culminou com a deposição do presidente da República e a posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório¹⁵.

“Pode-se concluir, então, que até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que

¹⁴ CARVALHO, José Murilo, Cidadania no Brasil – O Longo Caminho. Segunda edição. RJ. Ed. Civilização Brasileira. 2002 p. 94

¹⁵ CARVALHO, Ibid p. 95

*considerava arbítrio das autoridades. Era uma cidadania em negativo*¹⁶ (...)” (CARVALHO, 2002, p.83)

Mediante os fatos expostos, pode-se dizer que a Revolução de 30 foi feita por uma coalizão heterogênea dividida entre os “partidários revolucionários e não-revolucionários da mudança de poder”¹⁷. Os revolucionários, ainda que não tivessem programa definido, podiam ser distinguidos em duas posições principais, a saber: *os constitucionalistas*, fortes no estado de São Paulo, que desejavam implantar os ideais liberais clássicos – eleições livres, governo constitucional e plenas liberdades civis; e *os nacionalistas semi-autoritários*, cujas preocupações principais eram a regeneração nacional e a modernização. Seus adeptos estavam querendo experimentar formas políticas não-democráticas, de modo a obter mudança na administração pública, na assistência social e no nível de consciência nacional, sendo os tenentes os seus principais propositores.

Já os partidários “não-revolucionários” compunha-se em três grupos: *os militares superiores*, ressentidos com as medidas impopulares da elite política no poder e reivindicando equipamentos novos e orçamentos mais generosos para a sua área; *os plantadores de café*, que também apoiavam a revolução, pois o governo recusava-se a conceder mais crédito ao Instituto do Café do Estado de São Paulo para a compra dos estoques excedentes; e *os membros dissidentes da elite política estabelecida*, ansiosos para usar um golpe em

¹⁶ CARVALHO, Ibid p.83

¹⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ª Edição. Editora Paz e Terra. P. 28

causa própria. A sua dissensão tinha origem, em muitos casos, em rivalidades políticas corriqueiras nos Estados e entre os Estados. O período que transcorre de 1930 até 1937 vai se caracterizar pelas intensas lutas entre esses grupos de orientações políticas distintas e entre as facções existentes no interior desses grupos.

O período pós-revolucionário, assinalado pelo Governo Provisório (1930-1934), foi marcado pelo fechamento da Assembléia e das Câmaras estaduais e municipais, pela dissolução dos partidos políticos, pela censura à imprensa e pelo estabelecimento de interventores nos estados, escolhidos entre os militares, com o objetivo de anular a ação dos antigos coronéis e a sua influência política local¹⁸.

As elites paulistas, preteridas no poder e descontentes com a nomeação de interventores militares para o estado e com a demora do Governo Provisório em reconstitucionalizar o país, se uniram e se revoltaram contra o Governo Federal em 1932, na chamada Revolução Constitucionalista. O movimento tinha como prerrogativas a defesa do federalismo como sistema de organização política do país, a autonomia estadual e a limitação dos poderes da União, e a defesa dos princípios políticos liberais que respaldaram a sua hegemonia durante a República Velha. A Revolta durou três meses e culminou com a derrota dos paulistas.

Mesmo com a vitória militar, Getúlio Vargas atende a reivindicação dos rebelados e concorda em convocar eleições para a Assembléia Constituinte, que também deveria eleger o Presidente da República. Foi instituído o voto secreto, para reduzir as fraudes, o voto feminino e foi criada uma justiça

¹⁸ GOMES, op. cit. p. 27

eleitoral que colocava nas mãos de juízes profissionais a fiscalização do alistamento, da votação, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos¹⁹.

A Constituinte confirmou Getúlio Vargas na presidência e elaborou uma Constituição que apresentava os seguintes aspectos: a manutenção da República com princípios federativos, a existência de três poderes independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário e o estabelecimento de eleições diretas para o Executivo e Legislativo. Além disso, foram instituídas, entre outras providências, a legislação trabalhista, o Tribunal do Trabalho, a liberdade de associação aos sindicatos e a representação classista no Congresso (eleitos pelos sindicatos).

A experiência constitucional durou pouco. Os novos generais, especialmente Góis Monteiro - o chefe militar de 1930 - e Gaspar Dutra, tinham visão do papel do exército diferente da dos antigos generais e também da dos tenentes. Para eles, o Exército não devia ser instrumento político dos chefes civis, nem fator de revolução social. Devia ter papel tutelar sobre o governo e a nação, com projeto próprio que incluísse propostas de transformações econômicas e sociais para o país, mas dentro dos limites da ordem. Era um projeto de modernização conservadora. Estes generais foram aliados de Vargas em seu projeto de continuar no poder e de pôr fim ao regime constitucional²⁰.

O golpe veio em 1937, com a desculpa da luta contra o comunismo, que assolava a Europa. O governo iniciou uma campanha contra um dos

¹⁹ CARVALHO, op. cit 102

²⁰ CARVALHO, ibid 105.

candidatos à sucessão presidencial, José Américo de Almeida, acusando-o de ter posições e apoio comunistas. Um documento, batizado de Plano Cohen, que descrevia um suposto plano comunista para derrubar o Governo e matar vários políticos, fora forjado por oficiais integralistas e usado como pretexto final para fechar o Congresso e decretar nova Constituição.

Assim, com a implantação do Estado Novo, em 1937, os objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico iriam ser perseguidos sob tutela autoritária. Ao mesmo tempo em que anunciava o fechamento do Congresso, Vargas pregava o desenvolvimento econômico, o crescimento industrial, a construção de estradas de ferro, o fortalecimento das forças armadas e da defesa nacional. Projetos esses que tinham forte apelo devido à iminência de outra guerra mundial. Segundo Vianna (1989:136), o Estado Novo se apresentou como o embrião de um desejado capitalismo de Estado progressista, identificado com a expansão das forças produtivas nacionais e com reformas na administração pública, tendo se legitimado perante a sociedade civil pela novidade da modernização

“A consolidação do poder central, que se esboça em 1930, e se confirma em 1937, dota o país de um centro de decisões com considerável autonomia vis à vis dos grupos econômicos tradicionais. Caem as barreiras aduaneiras entre estados e tomam-se muitas outras medidas visando a unificar o mercado nacional e a institucionalizar distintos grupos econômicos, que assim poderiam ser utilizados como pontos de apoio do poder central. (...) Uma política de defesa dos recursos naturais foi claramente definida e a instalação de indústrias de base passou a ser preocupação prioritária do Estado. (...) Uma série de instituições para-estatais foram criadas para aglutinar e “defender os interesses dos setores econômicos tradicionais: café, açúcar, cacau, pinho, borracha, etc. Desta forma, a mediação dos grupos políticos locais foi afastada, vinculando-se o poder central de forma direta com os interesses econômicos de distintas áreas do país.” (FURTADO, 1972, P. 22-24)

O crescimento da responsabilidade do Estado veio em conjunto com o crescimento da burocracia, institucionalizada com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938. O DASP introduziu os princípios de uma administração científica e racional, que escapava das injunções dos interesses particularistas e políticos-partidários e também se tornou um meio através do qual Vargas podia aumentar o seu controle sobre a administração federal²¹. Além do DASP, são criados outros órgãos, comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias e fundações de caráter regulador subordinados ao governo central. Entre eles estão o Conselho Nacional de Estatística (CNE), o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Este período também marcou uma mudança na relação do Estado com o seu território. Segundo Penha (1993: 65), a intenção de Vargas era a de redimensionar espacialmente o alcance das políticas públicas a fim de permitir o controle sobre a população (mercado/ Nação) e o território (país), como condição fundamental para a consolidação do Estado Nacional. Para isso, foram feitos levantamentos e sistematização de informações sobre o quadro territorial, sobre a racionalização dos limites interestaduais e intermunicipais e sobre os transportes, entre outros estudos e propostas. O IBGE fora o órgão incumbido dessa tarefa.

²¹ SKIDMORE, op. Cit. p. 57

2. A Institucionalização da Geografia no Brasil

A implementação do Conselho Nacional de Geografia e do IBGE, juntamente com a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), também em 1934, possibilitou a institucionalização e a implantação da Moderna Geografia no Brasil.

(...)Quando se fala em institucionalização da Geografia, na realidade está sendo mencionado o processo de formação do seu campo científico-disciplinar, que por sua vez está diretamente relacionado à implementação de novas instituições de ensino e pesquisa que possibilitaram a formação de profissionais especializados em Geografia orientados pelas modernas concepções e práticas científicas” (MACHADO, 2002, p.12)

A criação do Conselho Nacional de Estatística tem as suas raízes no ano de 1933, quando o então Ministro da Agricultura, Major Juarez Távora, autorizado por Getúlio Vargas, constituiu uma Comissão Interministerial para estudar um plano de organização e de uniformização da estatística brasileira. No entanto, em 1932, Mário Augusto Teixeira de Freitas já havia feito um anteprojeto de um “Instituto Nacional de Estatística e Cartografia” , apreciado posteriormente por essa Comissão Interministerial que excluiu a Cartografia do projeto²². Assim, a Comissão apresentou o projeto de criação do Instituto Nacional de Estatística (INE), aprovado pelo Governo em 1934 e regulamentado em 1936.

²² “Argumentavam eles que a centralização dos serviços estatísticos e cartográficos numa única super-repartição acarretaria um poder absoluto da União em detrimento da atuação dos órgãos regionais (estaduais)” PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo – Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. p. 70

O decreto que criou o INE investiu-o da autonomia necessária para realizar a coordenação das atividades estatísticas da União, dos Estados, dos Municípios e de instituições particulares. Este decreto também dotou a Instituição de organização de caráter provisório, deixando à futura Convenção Nacional de Estatística, em que estariam representadas as três ordens administrativas da federação (União, Estados e Municipalidades), a missão de fixar definitivamente os novos rumos da estatística brasileira.

A Convenção Nacional de Estatística, convocada pelo Decreto nº 946, de 07 de julho de 1936, reuniu-se no Rio de Janeiro em agosto do referido ano, e fixou as bases para a constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística no que dizia respeito aos compromissos da União, e aos dos governos federados, enumerando, ainda, os compromissos comuns a todas as partes convencionadas e as medidas gerais necessárias ao aperfeiçoamento da estatística brasileira.

Para o alcance de tal objetivo, o CNE promovia a realização de estágios de aperfeiçoamento em sua sede e ministrava cursos de estatística nos estados e municípios e cursos de extensão universitária. As reuniões anuais se constituíam em verdadeiros congressos onde se ministravam aulas teóricas e práticas com a finalidade de familiarizar os estatísticos dos estados da federação com os procedimentos técnicos em uso na capital da federal²³.

A atuação do Conselho Nacional de Estatística subentendia, assim, em uma atuação em duplo sentido: o que se dirigia à estrutura e ao aparelhamento material dos sistemas estatísticos, compreendendo a melhoria das instalações e do maquinário; e o que incidia sobre os quadros do pessoal, principalmente

²³ IBGE. Revista Brasileira de Estatística, nº 01, p.04

no que diz respeito à especialização na carreira. Dentre as suas atribuições, destacavam-se, a saber: dar sentido de unidade e integralidade nacional aos trabalhos que executar; imprimir a esses trabalhos o melhor cunho técnico possível em cada momento; assegurar a publicação regular e a maior circulação possível, em periódicos ou avulsos, dos resultados das atividades e promover a especialização profissional e o estímulo do funcionalismo empregado no serviço estatístico²⁴.

Os resultados dos estudos realizados sob a responsabilidade do CNE são publicados nas edições do Anuário Estatístico do Brasil e suas diferentes separatas – regionais e por assunto; no Boletim Estatístico, de publicação trimestral, com “comunicados” à imprensa e em vários trabalhos avulsos, alguns dos quais redigidos em inglês e esperanto, para distribuição no estrangeiro. À Revista Brasileira de Estatística é destinada ao aperfeiçoamento da formação técnica dos que exercem a atividade estatística e ao desenvolvimento da pesquisa científica no campo de sua especialização. Com seus artigos, editoriais e de colaboração, seus ensinamentos de metodologia, seu noticiário sobre o que se passa no Brasil e alhures nos domínios da estatística, com suas informações, seus comunicados e seus comentários bibliográficos tinha por missão a RBE manter os estatísticos atualizados em todos os campos de atuação da profissão²⁵.

Já a criação do Conselho Nacional de Geografia aconteceu, em especial, por dois fatores principais, a saber: uma série de iniciativas em torno da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional (UGI) e por um conjunto

²⁴ SCHARTZMAN, Simon. Estado Novo, um Auto-Retrato. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 176

²⁵ IBGE. op. cit. p. 05

de medidas adotadas para a constituição de um organismo de coordenação das atividades geográficas brasileiras. O CNG destinou-se, desde a sua criação, a reunir e coordenar os estudos sobre a geografia do Brasil, no sentido de intensificar a cooperação geral para um conhecimento melhor do território brasileiro, sendo atribuída às funções de descrição sistemática dos limites dos municípios e distritos do país, estudos referentes à revisão do quadro territorial e estudos de cartografia. Os resultados dos estudos realizados sob a responsabilidade do CNG são publicados nas edições do Boletim Geográfico, publicação voltada às preocupações do ensino da Geografia e à atuação do professor da ciência geográfica, com orientações e temáticas para as aulas de ensino médio e superior, e da Revista Brasileira de Geografia, que será estudada posteriormente.

Deste modo, em 24 de março de 1937 foi baixado o decreto nº 1527 que instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), e que autorizou a sua adesão à UGI. Posteriormente, o CBG passou a se chamar Conselho Nacional de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, que, também por uma questão de nomenclatura, passa a se chamar Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio (...) §2º - Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação,

*referente a assuntos geográficos do Brasil, que não tenham caráter secreto, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares*²⁶

As atividades do CNG também revitalizaram a Geografia científica brasileira, que voltou a participar do Instituto Pan-Americano de Geografia e História e de Congressos internacionais, inclusive com o Rio de Janeiro tendo sido escolhido sede da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia. O CNG apoiou também a fundação da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia; estabeleceu o intercâmbio cultural com o American Geographical Society e promoveu estudos e debates de temas relacionados com o conhecimento do meio físico brasileiro para professores, técnicos ou simples estudiosos da ciência geográfica.

Resultado da junção dos dois Conselhos – o de Geografia e o de Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é criado, em 1938²⁷, com a tarefa de coordenar os estudos sobre o território brasileiro. Esses levantamentos e estudos orientaram-se, basicamente, em três ordens de pesquisa, a saber: investigações estatísticas de caráter permanente, levantamentos geográficos e cômputos censitários²⁸.

Segundo Penha (1993,p.41), a atuação do IBGE foi orientada para o levantamento e sistematização de informações do quadro territorial a fim de

²⁶ Decreto Nº 1527, de 24 de março de 1937.

²⁷ “A data oficial de criação do IBGE é de 29 de maio de 1936, ocasião em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística. Posteriormente, com a extinção do INE, foi instituído o IBGE em 26/01/1938, composto pelo Conselho Nacional de Estatística (criado em 17/11/36); Conselho Nacional de Geografia (criado em 24/03/37); e Comissão Censitária Nacional (organizada em 02/02/38)”. PENHA, op. cit. p.19. Nota de Rodapé.

²⁸ IBGE. Diretrizes Fundamentais da Estrutura e Atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Revista Brasileira de Estatística, nº 02 p.195

atender a administração pública em seus aspectos jurídicos (legislação), tributário (impostos, controle orçamentário de verbas públicas), pleitos eleitorais e expansão de riquezas públicas federais (demarcação de terras devolutas pertencentes à União, mensuração das riquezas naturais e construção de equipamentos diversos como estradas, aeroportos, minas e usinas), contando com autonomia para intervir, através de procedimentos técnicos e científicos, sobre as estruturas políticas-administrativas, com o objetivo de inseri-las em uma perspectiva de integração nacional.

Os estudos elaborados pelos técnicos do Instituto, com base na observação geográfica, estatística ou censitária, constituíram em valiosas contribuições para o esclarecimento de certos problemas fundamentais na vida do país, mesmo quando as soluções sugeridas não tiveram imediata implementação, sendo um importante instrumento político- territorial do Estado Novo.

O Instituto, como sistema vivo, está completo no sentido das suas três dimensões. No sentido da longitude, domina todo o “espaço vital” da Nação. Em latitude, abrange integralmente o panorama dos variadíssimos aspectos da vida nacional – tanto os físicos, os demográficos e os econômicos, quanto os sociais, os culturais e os políticos. E verticalmente, desenvolve-se numa compreensão totalitária das três esferas administrativas e políticas, enfeixando-lhes a autoridade, harmonizando-as no agir, e solidarizando-as nos propósitos, em demanda de um fim comum a todas três, porque nenhuma delas o pode perder de vista ou a ele renunciar” (Macedo Soares, RBE, Vol. I, nº 02, pág. 197)

O curso universitário de Geografia foi implantado nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, que tinham um modelo político educacional de cunho liberal, até então inédito no país. É importante destacar as presenças no Brasil de Francis Ruellan, Leo Waibel e Pierre Deffontaines, membros da

Missão Universitária Francesa, contratados para lecionarem em áreas consideradas sem profissionais suficientes nessas universidades, que contribuíram para o aperfeiçoamento dos geógrafos brasileiros.

Ambas as universidades sofrem interferências do governo central a partir de 1937, quando do estabelecimento do Estado Novo e da nova orientação política que se segue. A UDF, criada pelo governo municipal por iniciativa de Anísio Teixeira, é extinta em 1939 e seus cursos são transferidos para a Universidade do Brasil. A USP, por ser um projeto educacional do governo de São Paulo, sustentada no federalismo oligárquico e mais voltada para o fortalecimento regional, estava de certa forma menos vulnerável das ingerências políticas do Governo Federal.

A Universidade do Brasil, por sua vez, é um projeto educacional do Estado, instituída em 1937, e que tinha como missão fixar o padrão do ensino superior em todo o país. Seus objetivos estavam voltados para a construção da identidade nacional, construção essa que pressupunha a formação de professores para os ensinos secundários e superior, formando também especialistas em diversos ramos de estudo.

O curso de Geografia na Universidade do Brasil atendia às necessidades estatais de criação de um centro de documentação e pesquisa dos problemas nacionais, sendo sua principal finalidade estudar a organização econômica, política e social do país. A proximidade espacial com o Governo Central facilitou o trabalho dos geógrafos, na medida em que ofereceu recursos financeiros para a realização de excursões, viagens, pesquisas, etc. Mas limitou, em certo sentido, a liberdade e a construção intelectual de visões políticas independentes do Governo Federal.

“As faculdades formavam os professores de Geografia. O IBGE treinava e formava os geógrafos especializados (...) A essas ações, segue-se a de procurar o aperfeiçoamento desses quadros, mandando para diferentes universidades dos Estados Unidos e da Europa, inicialmente, os geógrafos que iniciaram suas atividades no IBGE.” (LIMA, 2003)

Por sua vez, a Associação dos Geógrafos Brasileiros também foi outra instituição que impulsionou a Geografia brasileira. Vinculada à Geografia “uspiana”, a AGB foi fundada em 1934 por Pierre Deffontaines e reunia profissionais e entusiastas da Geografia, com o objetivo de difundir as modernas diretrizes da ciência geográfica. A AGB tinha caráter nacional e buscava congregar não exclusivamente geógrafos paulistas, mas todos aqueles que desejassem conhecer mais profundamente o país²⁹.

Em razão de sua transferência para a UDF, Pierre Deffontaines deixa a presidência da AGB em São Paulo para Pierre Monbeig e funda, em 1936, com o apoio do CNG, a AGB carioca. A fusão dos núcleos paulistas e cariocas ocorre em 1943, o que a torna em uma entidade de fato nacional e permite a organização de dois periódicos: os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo), com primeiro número publicado em 1949, e o Boletim Carioca de Geografia (Rio de Janeiro), com edição inicial em 1948. Assim como os periódicos da RBG, os periódicos da AGB também foram importantes veículos de divulgação da produção geográfica e da consolidação do seu campo científico.

²⁹ MACHADO, Interpretações de Brasil em Geografia: uma análise da produção geográfica nacional. Projeto de pesquisa 2002. p.07

3. Revista Brasileira de Geografia: Objetivos e Características

A publicação de uma revista ilustrada era norma de divulgação universalmente adotada pelas instituições geográficas, fossem elas oficiais ou não. Constituindo-se em um poderoso fator de progresso da ciência e do desenvolvimento da técnica, essas revistas veiculavam trabalhos empíricos e doutrinários, beneficiando os estudiosos e profissionais que se encontravam afastados dos grandes centros de difusão cultural.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Geografia, como entidade oficial da Geografia brasileira, inicia em 1939 a publicação da Revista Brasileira de Geografia, tendo como objetivos a promoção da divulgação do território brasileiro, o estímulo à elaboração de trabalhos especializados e a difusão da metodologia geográfica moderna e a metodologia do ensino da Geografia. Além disso, também era de interesse do CNG promover através da Revista um intercâmbio cultural com países estrangeiros, o qual, com a efetuada adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, tornou-se “aconselhável e oportuno”³⁰.

Para que a disseminação das informações sobre o país pudesse atingir os vários setores da sociedade, a RBG contava com uma tiragem mínima de 5000 exemplares, dos quais era feita a seguinte distribuição: (1) às autoridades superiores dos poderes da República; (2) às presidências do Tribunal de Contas e dos Conselhos Nacionais, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e de seus Conselhos Regionais; (3) aos serviços e representação

³⁰ IBGE, Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. Revista Brasileira de Geografia, 1939, nº 01. p. 14

de cada Ministério, no país e fora dele, de acordo com a relação que o mesmo fornecesse; (4) aos chefes dos governos regionais e respectivos secretários de Estado; (5) às principais instituições econômicas e culturais do país; (6) aos órgãos regionais do Instituto e aos membros dos seus órgãos centrais; (7) aos Diretórios Municipais de Geografia; (8) às bibliotecas e escolas de ensino secundário e superior, que fossem mantidas pelos poderes públicos; (9) à UGI, à União Pan-Americana, às sociedades de geografia e instituições internacionais de maior significação; (10) à principal organização geográfica de cada país estrangeiro, especialmente considerados os países aderentes à UGI; (11) às demais personalidades e corporações, a juízo do Diretório Central. Os exemplares da Revista que excedessem a referida distribuição gratuita eram postos à venda³¹.

Por resolução da Assembléia Geral do CNG, ficou decidido que a RBG teria periodicidade trimestral, com quatro números por ano (volume), sendo publicados, rigorosamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Quando a Assembléia Geral julgasse conveniente, essa periodicidade poderia ser alterada, o que acontece e pode ser percebido a partir da década de 70, quando há uma alteração na periodicidade de alguns volumes.

Além de artigos e comentários, a RBG publicava a legislação brasileira referente aos assuntos geográficos; os fatos relativos às atividades do CNG e das demais instituições geográficas do país; e informes sobre os principais acontecimentos da Geografia no mundo. A Revista contava ainda com duas colunas fixas: *Vultos da Geografia*, onde perfis de geógrafos brasileiros e estrangeiros e de importantes personalidades eram retratados; e *Tipos e*

³¹ Resolução nº 18 – de 12 de julho de 1938, da Assembléia Geral do CNG.

Aspectos, que descrevia as diversas ocupações e paisagens brasileiras encontradas no Brasil. A publicação de artigos e trabalhos referentes aos países estrangeiros somente era aceito a título de exemplificação ou de comparação.

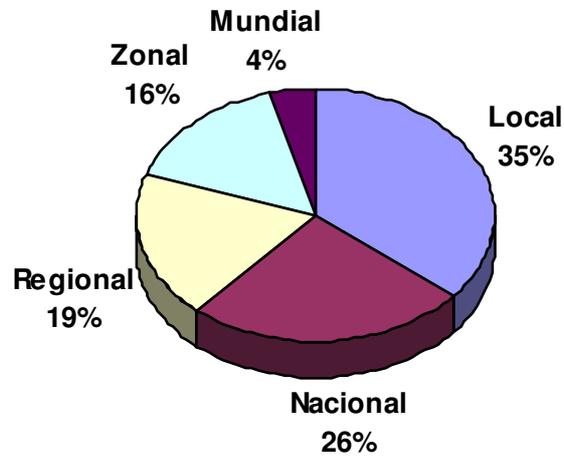
Deste modo, através da difusão da cultura brasileira e da divulgação do território nacional, a Revista Brasileira de Geografia se constituiu em um dos mais importantes instrumentos do projeto educacional, político e territorial que o IBGE fora encarregado pelo Governo Vargas.

2.1- RBG: Análise Quantitativa da Produção – 1939 a 2005

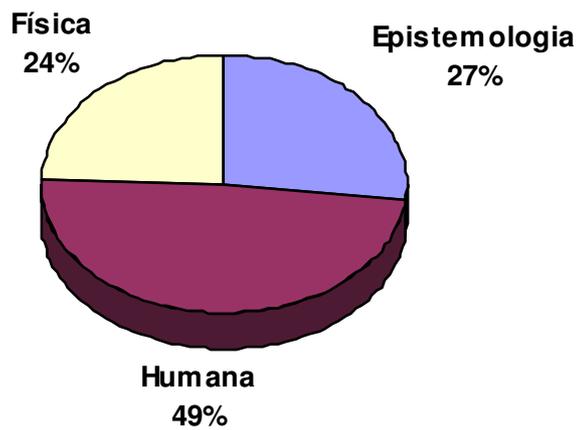
Em 59 anos de publicação, a Revista Brasileira de Geografia publicou 1167 artigos e comentários. Os comentários, resenhas sobre importantes estudos, perdem importância a partir da década de 70. Esse fato pode ser explicado pela implantação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, que fortalece o desenvolvimento e a difusão das pesquisas nas universidades.

Analisando o gráfico das escalas geográficas de análises, percebe-se que 28% dos artigos são dedicados ao estudo do território na escala geográfica Local. Em seguida, a escala territorial Nacional aparece em 20% da produção e a escala Regional em 15%. A escala Zonal é representada com 12% da produção e a escala Mundial com 3%. A RBG apresenta ainda um significativo número de artigos de natureza epistemológica, que não possuem escala

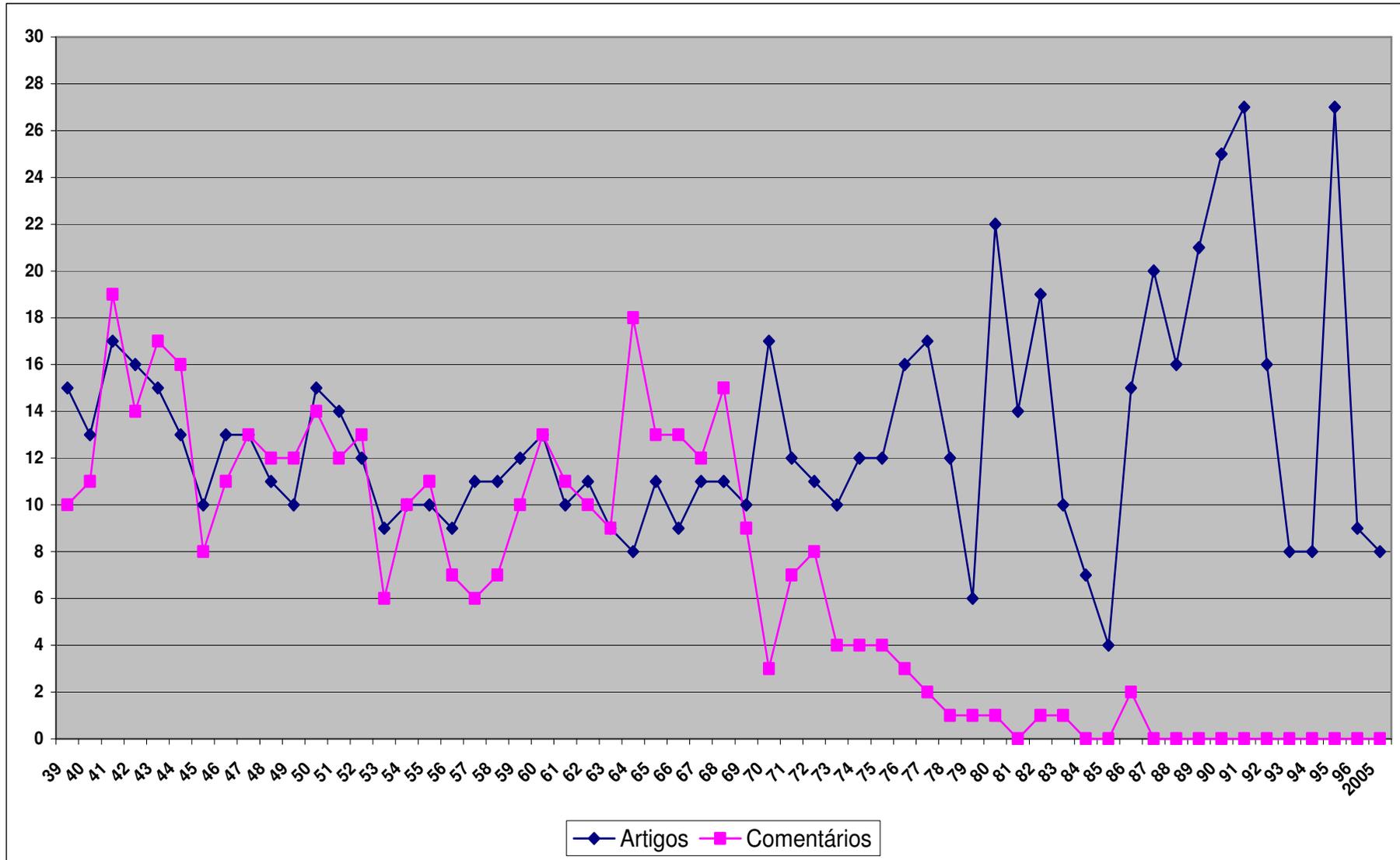
Revista Brasileira de Geografia
Escalas Geográficas de Análise - 1939 a 2005



Revista Brasileira de Geografia
Área de Conhecimento - 1939 a 2005



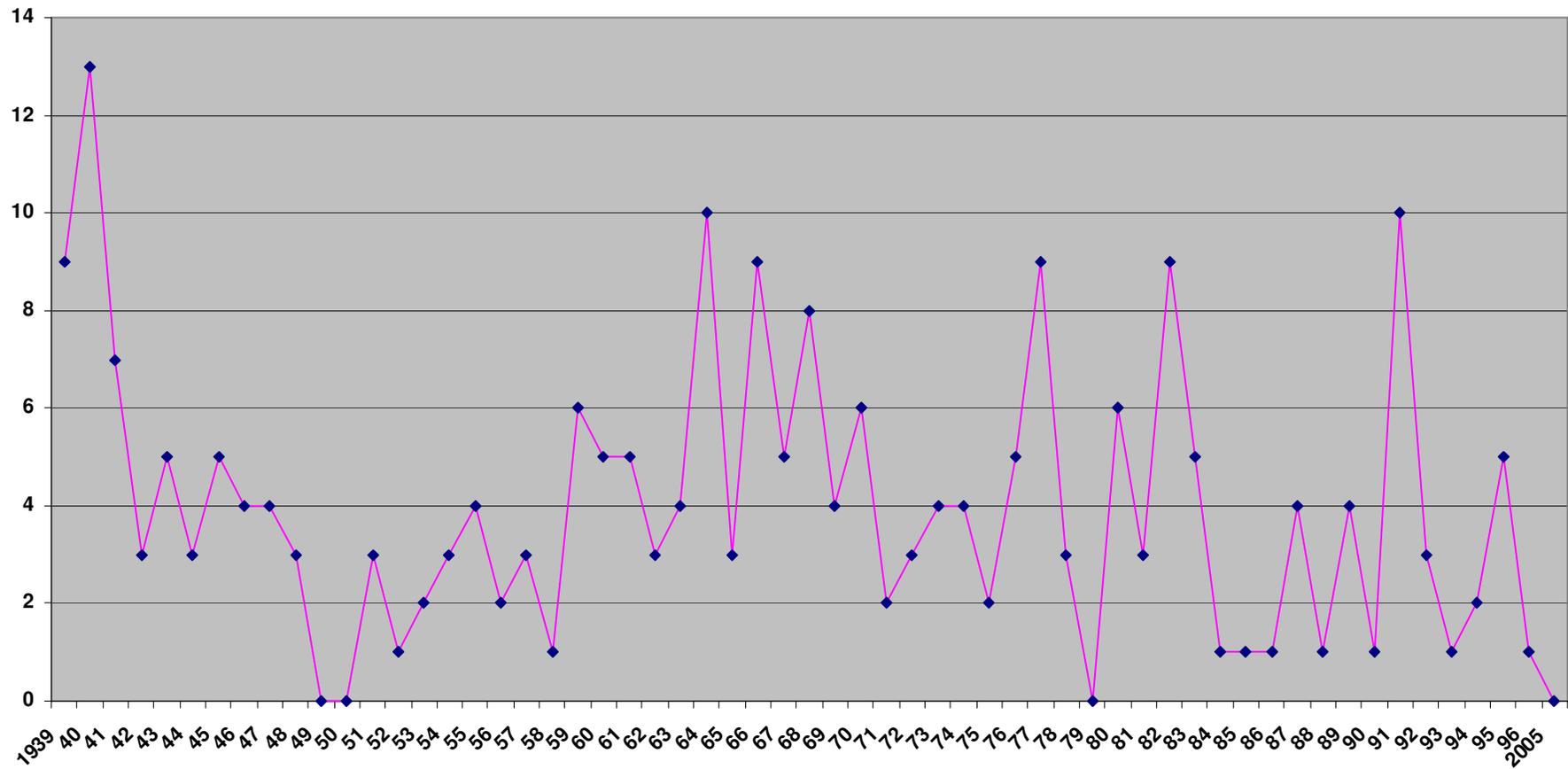
Revista Brasileira de Geografia - Artigos e Comentários



territorial de análise. Esses artigos são de natureza historiográfica ou metodológica e correspondem a 22% do total da produção.

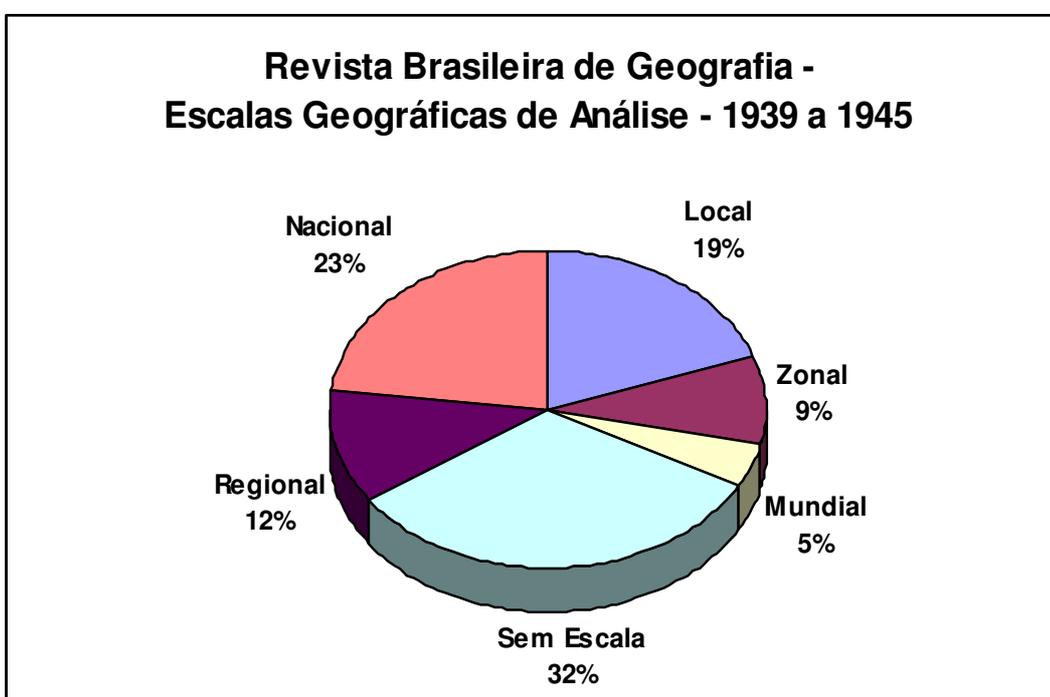
Embora haja um domínio dos artigos dedicados à escala local, os estudos consagrados à escala nacional apresentam uma expressiva produção. Analisando a sua distribuição temporal, podemos averiguar que a maior incidência desses artigos ocorre entre os anos de 1939 a 1945, anos da política territorial varguista; entre os anos de 1959 a 1963, período sob impacto da política desenvolvimentista de Juscelino; e entre os anos de 1964 a 1978, período do Governo Militar. Através dessa análise, pode-se perceber a importância da produção intelectual da Geografia para os projetos nacionais de centralização política adotados nos períodos.

Revista Brasileira de Geografia
Artigos dedicados ao Brasil



4- RBG – 1939 A 1945: PRINCIPAIS TEMAS E CONTRIBUIÇÕES

Cerca de 20% de toda a produção da Revista dedicada ao território nacional é publicada no curto período de 1939 a 1945. Durante este recorte temporal, especificamente, a escala geográfica nacional corresponde com 23% de toda a produção, somente perdendo em quantidade para os estudos de caráter epistemológico, que correspondem a 32%.



A partir do levantamento bibliográfico realizado, pode-se perceber que os artigos presentes na Revista Brasileira de Geografia, durante o período de 1939 a 1945, revelam uma preocupação com o desenvolvimento da Nação e com a busca de informações sobre o território brasileiro. Através de estudos que versam sobre a organização social da população, a comunicação e os transportes, a redivisão territorial e sobre a forma, o solo e o clima do país,

esses trabalhos buscam contribuir com o projeto de unificação e de racionalização territorial idealizado por Getúlio Vargas.

Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Moacir Silva, Emmanuel de Martonne, Sílvio Fróes de Abreu, Pierre Deffontaines, Fábio de Macedo Soares, Giorgio Mortara, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Major João Segadas Viana, entre outros. Buscando apresentar a contribuição desses autores, este capítulo está dividido em quatro temas, a saber: A Questão dos Transportes e da Comunicação no Brasil; Estudos sobre a População Brasileira; Divisão Regional; e Território Brasileiro: solo, clima e energia. Serão analisados ao todo 24 artigos, de 11 autores.

4.1 – A Questão dos Transportes e da Comunicação no Brasil

Elemento por excelência da integração do território, a questão dos transportes é estudada na Revista Brasileira de Geografia por Moacir Silva, engenheiro e consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia. Moacir Silva publica em onze capítulos, entre os anos de 1939 e 1941, sua extensa monografia intitulada “A Geografia dos Transportes no Brasil”, onde procura apontar os problemas e apresentar proposições para a realização da interligação nacional. Inicialmente faz uma leitura histórico-territorial dos transportes no país para, em seguida, estudar sua distribuição, limitações e conseqüências sócio-econômicas³².

No primeiro capítulo de sua monografia, chamado de “O Meio”³³, expõe as facilidades, os obstáculos e exposições do meio físico natural brasileiro à circulação de mercadorias e pessoas. Afirma que as formas irregulares do país, largo ao norte e afunilando p/ o sul, influiu desigualmente no seu desenvolvimento. Além disso, afirma que floresta constituía obstáculo a ser vencido, opondo-se ainda à implementação dos transportes as pedras, corredeiras e quedas nos rios e, nas planícies, os pântanos.

Subdivide o Brasil em grandes regiões naturais geográfico-econômicas, pois assevera que não é possível estudar os vários sistemas de transporte sem admitir uma subdivisão dessa imensa área territorial. Vários autores fizeram uma subdivisão do Brasil e Moacir Silva utiliza, no desenvolvimento de seu

³² SIMAS, Adriana de Melo DONOVAN, Paula A Contribuição De Moacir Silva à Geografia Brasileira: uma Releitura da Geografia dos Transportes – Considerações Iniciais. Congresso Brasileiro de Geografia. Goiás, 2004.

³³ SILVA, Moacir. A Geografia dos Transportes no Brasil: O Meio. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. n°02. 1939

estudo, a subdivisão que melhor convenha a cada aspecto do problema de transporte em apreciação. Porém, a subdivisão geralmente aceita é a preconizada por Delgado de Carvalho, que admite cinco regiões: *Brasil Setentrional ou Amazônico*: Pará, Amazonas e Acre; *Brasil Norte-Oriental*: do Maranhão à Alagoas; *Brasil Oriental*: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal; *Brasil Meridional*: de São Paulo ao rio Grande do Sul; e *Brasil Central*: Mato Grosso e Goiás.

No segundo capítulo do seu trabalho, intitulado “Penetração”³⁴, afirma que a distribuição geográfica dos transportes, no seu desenvolvimento desde o período colonial, está intimamente ligada aos rumos em que se fez o povoamento do país, ou seja, a penetração de seu território pelo descobridor. Assegura que o desbravamento dos sertões brasileiros foi obra dos nacionais, principalmente dos paulistas, devido ao desejo de conhecer a terra e a ambição de descobrir riquezas fáceis de apropriação imediata. Os portugueses apenas teriam descoberto o litoral do Brasil e realizado somente ligeira apresentação do território.

Moacir Silva assegura que os meios de transporte de cargas e pessoas são os mesmos em todas as regiões: o homem, os animais e os veículos (terrestres, marítimos e aéreos), progressivamente. Silva assegura ainda que, excluindo o mar, o grande caminho da civilização brasileira é o rio São Francisco, pois é nas suas cabeceiras que se expande e ondula o impulso das minas e é no seu curso médio e inferior que se expande e propaga o impulso da criação, os dois máximos fatores do povoamento.

³⁴ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Penetração. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. n°03, p.60-72. 1939.

“Interiorização”³⁵ é o terceiro capítulo da monografia, onde é demonstrada a importância das Entradas e Bandeiras para a interiorização do país e como esses movimentos se processaram.

Dessas incursões é que provieram as primeiras notícias sobre a geografia do país, fornecendo elementos para a incipiente cartografia colonial; os conhecimentos da flora e da fauna; das riquezas minerais e, na ausência destas, ou, concomitantemente, a fixação do homem ao solo do interior, na vida agrícola ou pastoril.” Silva, RBG, Vol.1, nº4, 1939

O quarto capítulo de “A Geografia dos Transportes no Brasil”, intitulado “Produção”³⁶, fornece um esboço esquemático relativo aos ciclos econômicos brasileiros e a sua distribuição histórico-geográfica. Moacir Silva descreve a Geografia dos produtos de alimentação, cita Josué de Castro - que procurou definir cinco regimes-alimentares-padrão, e afirma que adoção dos regimes alimentares convenientes só seria possível se todas as zonas possuísem os transportes necessários à pronta distribuição ampla dos vários gêneros alimentícios.

É a partir do quinto artigo da série “A Geografia dos Transportes no Brasil”, que Silva passa a tratar mais especificamente dos transportes. “Circulação Interna Primitiva”³⁷ classifica e detalha os diferentes transportes e vias de acesso, fala sobre as vias de transporte anteriores ao advento das ferrovias; alguns caminhos antigos; principais estradas carroçáveis; meios de

³⁵ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Interiorização. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. nº04. 1939

³⁶ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Produção. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. nº01, p.35-52. 1940

³⁷ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Primitiva. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. nº02, p.216-239. 1940

transporte primitivos e a duração das viagens e marchas, que poderiam durar meses e até anos, variando conforme o meio de transporte utilizado.

O sexto capítulo, intitulado “Circulação Interna Atual”³⁸, traz considerações acerca das Estradas de Ferro no Brasil: o tipo de traçado, sua classificação e distribuição. Classifica as redes ferroviárias em: *ferrovias penetrantes* - são as que se observam em regiões a desenvolver-se, com traçados progressivos (linhas de penetração, de expansão ou captantes); *ferrovias irradiantes*: observam-se em regiões de grande desenvolvimento econômico e alta densidade demográfica, com traçados regressivos, no sentido de que o centro maior, a princípio irradiante, parece em sua evolução atrair os centros menores, reunidos em torno dele. Por outro lado, mais tarde, formam-se ramais tendendo a ligar esses centros menores entre si; *ferrovias divagantes*: são denominadas assim pelo sentido econômico, porque é economicamente inconveniente a multiplicidade de portos, ou seja, as estradas de ferro divagam dispersivamente os produtos do interior no encaminhamento ao litoral, sendo conduzidos ora a um, ora a outro desses portos. Afirma que as formas que assumem em *planta* os traçados ferroviários dependem do estado evolutivo da região atravessada; das facilidades oferecidas pelo terreno; das possibilidades econômicas e da localização dos núcleos populosos a interligar. Tratando neste ensaio da distribuição das ferrovias pelas regiões geoeconômicas, é utilizada a divisão do Brasil em 8 regiões, a saber:

³⁸ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n°03, p.407-439. 1940

EXTENSÃO FERROVIÁRIA DO BRASIL	
Regiões	% referente ao Brasil
I – Amazônia	1,11%
II – Meio – Norte	2%
III – Nordeste	10,74%
IV – Meio – Sudeste	7,20%
V – Este	34,34%
VI – Meio – Sul	21,75%
VII – Sul	18,25%
VIII – Centro	4,54%

E conclui que a distribuição das vias férreas é muito desigual no Brasil e se utiliza de algumas palavras do eng. Eugênio de Sousa Brandão que diz "Mais da metade (55,5%) do comprimento das estradas de ferro que serpeiam pelo solo brasileiro está distribuída por Minas, São Paulo e Rio Grande do sul; a soma das áreas desses estados é inferior à área do Pará".

O sétimo capítulo, também intitulado "Circulação Interna Atual"³⁹, é dedicado ao estudo das rodovias nacionais. São descritas as rodovias tronco necessárias para interligar o país e a extensão quilométrica total das rodovias no Brasil. Julga que seria de grande utilidade, por suas várias aplicações, um serviço de observação pluviométricas ao longo das rodovias, nos pontos indicados convenientes. Isso porque as antigas estradas carroçáveis, como os velhos caminhos, em terra não melhorada, sofriam o reparo de só darem livre

³⁹ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n°04, p.500-586. 1940

trânsito em tempo seco, porque quando chovia se transformavam em atoleiros intransponíveis.

Refere-se ainda no sétimo capítulo ao plano rodoviário nacional, proposto em 1938 pelo Ministro das Comunicações Eng. Yeddo Fiúza, que compreendia a construção, em um prazo de vinte anos, de sete grandes linhas-tronco e trinta e nove ramais: Tronco Sul: Rio – Porto Alegre; Tronco Nordeste: Rio –Fortaleza; Tronco Litorâneo Nordeste: Salvador – Fortaleza; Tronco Nordeste – Norte: Salvador – Belém; Tronco Sul – Noroeste: Santos – Cuiabá; Tronco Leste – Oeste: Salvador – Cuiabá; e Tronco Central: Rio – Goiás. Afirma que o segmento (que falta) Rio – Salvador é uma ligação de interesse nacional, sendo importante na articulação das forças coordenadoras do Brasil longitudinal, pois ligaria as redes de comunicações terrestres do sul e do centro com as do norte.

A rede fluvial brasileira, os conceitos de bacias hidrográficas e bacias navegáveis, suas divisões e extensões navegáveis, são os temas do oitavo capítulo, “Circulação Interna Atual”⁴⁰. Silva assevera que a junção de bacias navegáveis por meio de canais construídos pelo homem, permitindo continuidade de navegação de uma bacia para outra, tem a maior importância prática, no que diz respeito à circulação das massas econômicas. Para ele, apesar de a navegação interior ter assinalado a fase do progresso do país, a navegação fluvial teve pouca importância, não só no Império, como na Primeira República. A conclusão que nos leva Moacir é de que o Brasil tem uma complexa e vastíssima rede fluvial brasileira e que no devassamento de nosso território, mais do que as vias terrestres, palmilhadas pelos sertanistas, foram

⁴⁰ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. nº01. 1941.

os rios os fatores propícios à penetração, mesmo sendo poucos aproveitados. Grande parte de nossos rios navegáveis necessita de trabalhos de limpeza e regularização, que facilitem mais a navegação.

“Circulação Periférica”⁴¹ é nome do nono capítulo da monografia e trata da costa do Brasil, os seus diversos tipos, a sua extensão e iluminação. Descreve também a navegação nacional, os Portos e sua classificação e os respectivos volumes dos portos nas regiões geoeconômicas. Apresenta alguns aspectos que interessam à navegação e à pesca, como: maré, Vagas, Ventos, Nevoeiros, Previsão do Tempo, Salinidade, Temperatura da água à superfície, Recifes e Dunas.

Demonstra como Getúlio Vargas, então Presidente da República, dividiu o país em cinco regiões geoeconômicas e o que representam economicamente essas regiões, através do movimento de seus portos (Vide quadro abaixo).

Exportação de Cabotagem nas Cinco Regiões Geo-Econômicas, em 1938		
Regiões Geo-Econômicas	Portos/toneladas	%
Norte	211.142	8,27
Nordeste	703.945	27,78
Centro	1.423	0,05
Sudeste	591.918	23,21
Sul	1.038.052	40,69

O capítulo denominado “Circulação Superior”⁴² trata da evolução dos transportes aéreos no Brasil, das rotas aéreas comerciais nacionais e internacionais e de alguns dados estatísticos dos anos de 1927 a 1939. Emprega o conceito de A Albitreccia (Ce qu'il faut connaître des Grands Moyens de Transport, Paris, 1931) a propósito de rotas, onde estas devem ter

⁴¹ Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Periférica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n°02, p.150-176, abril/junho, 1941.

⁴² Id. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Superior. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n°03, p.97-112, julho/set, 1941.

em consideração condições naturais, como: condições meteorológicas e climáticas; condições de terreno; repartição dos rios, dos lagos, disposição das costas; vegetação. A essas acrescenta considerações humanas, econômicas e comerciais e, por fim, as condições próprias dos transportes aéreos (distribuição de aeródromos, sinalização diurna, faróis, etc.).

Afirma que as aerovias só devem ser estabelecidas entre pontos tão distantes quanto possível, para que o tempo ganho e a distância percorrida possam compensar as despesas realizadas, pois os transportes aéreos interiores, nos limites de cada Estado, atingem rapidamente à saturação. Porém, escapam a essas restrições os transportes aéreos no Brasil, onde, com desenvolvimento incipiente, estão longe de saturação.

Assegura também que o Brasil é colocado em situação privilegiada em relação ao tráfego aéreo entre a América do Sul e o hemisfério norte, onde tem concedido permissão às linhas estrangeiras para sobrevoarem o seu território, mas determinando-lhes a rota e reservando para as linhas nacionais as rotas do interior e o serviço de cabotagem.

. O Brasil contava à época com cinco empresas de transportes aéreos: o "Sindicato Condor Limitada", a "Panair do Brasil", a "VARIG, o "Aerolóide Iguassú" e a VASP, além disso, o interior era cruzado em quase toda as direções pelo correio aéreo militar, que realizava vôos semanais de ida e volta em todas as suas rotas. Moacir Silva afirma ainda que o programa de desenvolvimento dos serviços da aviação comercial compreendia a conclusão, ampliação, melhoria dos aeroportos e campos de pouso e a construção de novos, perfazendo uns e outros 938 instalações de infra-estrutura.

No último artigo da série “A Geografia dos Transportes no Brasil”, “Densidade dos Transportes”⁴³, Moacir Silva faz considerações acerca da densidade dos transportes. Afirma que se o caráter geográfico de um fenômeno é a sua distribuição pela superfície terrestre, a geografia dos transportes deve medir a densidade dos mesmos, isto é, a distribuição estatística dos transportes referida à área territorial e à população. Para apreciar a importância econômica de uma região não basta dizer que é atravessada por tantos Km de rodovias ou ferrovias, ou que é servida por tais linhas de navegação marítima, fluvial ou aérea; em outras palavras, não basta saber a densidade dos transportes, mas sim a intensidade dos transportes, que é o que melhor exprime a atividade comercial da região. A intensidade dos transportes no tempo atual, ou intensidade propriamente dita, exprime a frequência dos transportes nos dois sentidos (exportação e importação), ou seja, o número de viagens, a tonelage de mercadorias movimentadas, o número de passageiros, os percursos feitos, etc

Apresenta os seguintes quadros numéricos sobre os transportes no Brasil: extensões ferroviárias e rodoviárias por Estados e regiões do Brasil; densidade dos transportes terrestres; densidade das rodovias veiculares; densidade estática das aquavias; densidade estática da aviação comercial do Brasil; intensidade dos transportes ferroviários em 1939; e intensidade da navegação em 1936.

Conclui a sua monografia afirmando que a distribuição dos transportes é muito irregular no Brasil e há grandes áreas do território totalmente ínvias e afastadas das vias existentes alhures; e “se é verdadeira, como parece, a

⁴³ A Geografia dos Transportes no Brasil: Densidade dos Transportes. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n°04, p. 57-76, out/dez, 1941

afirmativa de Mussolini de que ” a Geografia marca o destino dos povos” – grande e esplêndido é o futuro que se antolha ao Brasil – “gigante pela própria natureza”... Mas, para isso, precisa ainda de mais transportes e de uma nova distribuição dos transportes”.

4.2 – Estudos sobre a população brasileira

Os dados acerca da população brasileira na década de 1930 eram muito incipientes ou se distanciavam consubstancialmente da realidade brasileira. Em um governo que pretendia interferir em todos os setores da vida nacional, visando o progresso, tornava-se imperativo o conhecimento da Nação em todas as suas vertentes.

Nesse sentido, os estudos de Pierre Deffontaines – “Geografia Humana do Brasil”, Giorgio Mortara – “A população do Brasil”, Gileno Dé Carli – “Civilização do Açúcar no Brasil”, e de Henrique Cáper de Souza – “O ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil”, presentes na Revista Brasileira de Geografia, contribuíram para a divulgação de informações sobre a população.

4.2.1- Geografia Humana do Brasil

Pierre Deffontaines, membro da Missão Universitária Francesa e professor da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, publica em três artigos a sua monografia “Geografia Humana do Brasil”, onde faz uma leitura histórico-conceitual do povo brasileiro e as suas conseqüentes ações no território.

No primeiro artigo, intitulado “Os elementos da natureza e a luta dos homens”⁴⁴, Deffontaines demonstra as principais características da natureza brasileira e as conseqüentes atitudes do homem sobre sua paisagem. Faz

⁴⁴ DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1939. v.1,n.2.

considerações acerca do solo, relevo, vegetação e climas do Brasil. Assinala a imensidão do território e o seu enorme potencial de espaço, posto que não possui nenhuma parte impossível de ser ocupada pelo homem.

Em relação ao solo e ao relevo brasileiros, destaca os recursos preciosos (como as jazidas de ferro e manganês, os depósitos de ouro e a abundância de chumbo, níquel, cobre e diamantes) e a “terra roxa”, a qual devia o estado de São Paulo a prosperidade de suas plantações de café.

Deffontaines estuda a atitude do homem em relação à montanha que, de zona inaproveitada e deserta e que por muito tempo prejudicou a penetração e o desenvolvimento do país, estava em vias de se tornar fonte de riquezas e benefícios, sendo atribuída a ela funções do tipo mineira, pastoril, agrícola e industrial. Destacando o aspecto industrial, que a montanha está destinada a fornecer ao Brasil suas principais fontes de energia e a se tornar uma zona de atividade econômica e industrial. É uma extraordinária reserva de água, onde instalações consideráveis já foram efetuadas. Para reforçar a sua assertiva, cita o exemplo dos lagos e usinas da Light and Power, perto de São Paulo, que se constituíram em uma das mais consideráveis instalações hidroelétricas do mundo, distribuindo a força dessas águas pelas cidades próximas e atraindo fábricas que se instalaram ao pé das cachoeiras. Prevê, assim, para a montanha brasileira uma nova vocação, a função industrial.

Em seguida, estuda o clima brasileiro e distingue quatro zonas climáticas preponderantes, a saber: a vasta zona equatorial, a zona semi-árida do nordeste, a zona do litoral e a zona central, cuja variedade traduz-se sob o ponto de vista agrícola em ciclos de trabalhos diferentes, como, por exemplo, a colheita do algodão, cuja produção ocorre nos estados do sul (São Paulo e Paraná), de abril a junho e, no nordeste, de julho a novembro. Outro exemplo é

a colheita do café, que ocorre de abril a agosto para os estados do Sul e de julho a novembro para os do Nordeste. Esta diversidade nos ciclos de trabalhos repercute na população e provoca importantes deslocamentos de trabalhadores agrícolas durante as estações.

Examinando os sistemas hidrográficos brasileiro, que considera um dos mais completos do mundo, Pierre Deffontaines, assim como Moacir Silva, acentua a importante função dos rios na penetração do país, pois não há ponto do território que não fosse drenado por cursos d'água. Não só haveria rios por toda parte, como também todos esses rios chegariam ao mar. Destaca o fato de que o Brasil, apesar de sua grande massa continental, é um país essencialmente marinho, estando a maior parte da população brasileira concentrada na faixa do litoral. Aponta a importância da costa para as comunicações. Apesar de as fronteiras continentais serem quase iguais em extensão às fronteiras marítimas, muitos trechos atravessam regiões florestais ou pantanosas e a ida a essas fronteiras significava uma verdadeira expedição, além de não haver quase comunicação alguma importante que se fizesse do lado da terra.

A vegetação é, em seguida, objeto de interessantes considerações, no qual estuda a floresta brasileira em suas diferentes funções: a floresta como zona de colheita, oferecendo, mediante simples extração, o fruto para a alimentação, a madeira para a construção, os produtos medicinais, etc.; a floresta, zona de cultura, exercendo no país uma função agrícola “pronunciada”, pois, em geral, o estabelecimento da cultura agrícola se faz graças à floresta que desaparece, deixando seu lugar campos férteis; e a selva como produtora de combustíveis, importante função para o país que não possui reservas de carvão abundante e de boa qualidade.

O estudo do efetivo humano e sua distribuição⁴⁵ é o tema do segundo artigo da monografia de Deffontaines. Levando em consideração os valores oficiais de 31/12/1938, distingue duas concentrações populacionais: primeiro, a da região do litoral, a primeira colonizada no país e onde se desenvolveu uma exploração agrícola antiga, em estagnação desde a abolição e hoje em vias de transformação; e a zona central dos estados de Minas Gerais e São Paulo, onde a exploração de metais e pedras preciosas atraiu uma numerosa população, que depois também se dedicou à exploração agrícola intensiva, principalmente das fazendas de café.

Por esse motivo, as diversas partes do Brasil apresentariam fórmulas demográficas diferentes. Enquanto que o planalto central de Minas Gerais dispõe de um povoamento antigo (Século XVIII) e crescimento espontâneo por simples excedente de nascimentos (quase sem emigração e imigração), o Nordeste apresentaria também um crescimento por simples desenvolvimento, sem imigração, com aumento menos rápido devido a uma emigração acentuada, sobretudo nos anos das grandes secas, tornando mais lento o crescimento normal. A Zona meridional, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, servida por clima temperado e solo rico, apresentaria um crescimento extremamente rápido, proveniente de uma forte natalidade, mas sobretudo ao afluxo de imigrantes europeus e também de brasileiros dos outros estados.

Deffontaines assegura ainda que a definição humana de uma região é dada não tanto pela repartição da população ou por distribuições étnicas, mas, sobretudo, pelo conhecimento dos gêneros de vida, cuja associação íntima

⁴⁵ DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1939 (v.1: n.2).

assegura a exploração do solo. Esses gêneros de vida encontrariam sua expressão em “personagens tipos” cuja enumeração ocuparia o primeiro lugar na caracterização de cada região. Entre esses personagens, o autor destaca o fazendeiro, o personagem dominante no Brasil; o mascate, vendedor ambulante que vende e compra mercadorias no interior do país, percorrendo distâncias enormes e regiões pouco povoadas; e o operário, cujo número é apreciável em relação ao grande desenvolvimento industrial do país. Em cidades como São Paulo, Sorocaba e Recife a população operária constituía mais da metade da população.

No 3º artigo de “A Geografia Humana do Brasil”⁴⁶ são destacados os problemas que a economia brasileira apresenta, a saber: a questão dos transportes e das fontes de energia. O problema do combustível teria influído preponderantemente no desenvolvimento industrial do Brasil, que por muito tempo, utilizou-se somente de lenha, sendo ainda com ela que se movimentava quase metade das estradas de ferro à época. Reconhece a importância para o país da pesquisa de outras fontes de energia e propõe para o Brasil conquistar a autonomia da questão energética o investimento em hidroeletricidade.

Outro grande problema que Deffontaines aponta para a economia brasileira é a questão das comunicações, problemática devido à imensidão do país e às dificuldades do meio: relevo, clima e disseminação de população. Apesar de o Brasil contar com uma vasta rede hidrográfica, esta rede servia à região menos povoada e de menor desenvolvimento econômico; apesar de possuir uma ativa política rodoviária do período, estados inteiros contavam com uma quilometragem diminuta de estradas carroçáveis e a rede ferroviária era

⁴⁶ DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1939 (v.1, n.3).

insuficiente para assegurar o escoamento dos produtos, pois contava com apenas 35 000 Km e não se constituía em uma rede centralizada.

Assinala a importância da “marcha para o oeste”, empreendida pela política de Getúlio Vargas, pois havia capitais de estado que ainda não estavam ligadas por via férrea, como Cuiabá, Mato Grosso e Goiás. Para um país, cujo maior obstáculo é a distância, é de opinião que a via aérea surgiu como alternativa, visto que os produtos transportados onde os transportes são escassos e difusos são os mais das vezes de pequeno volume e de elevados preços.

Dessa forma, Pierre Deffontaines termina a sua monografia com a opinião de que a unidade comercial moderna não é assegurada nem pelas ferrovias, nem pelas estradas de rodagem e nem pelas vias fluviais. O mar ainda seria o grande eixo de transporte. Mato Grosso e Goiás, os dois estados mais afastados do Oceano, seriam por esse fator os estados menos desenvolvidos do país, embora fossem os mais centrais. O país ainda permanecia periférico e não concêntrico.

4.2.2 - A população do Brasil

O governo brasileiro, em busca de informações mais precisas sobre a realidade brasileira, realiza em 1940 um recenseamento de toda a população. Em 1945, Giorgio Mortara publica um artigo, intitulado “A população do Brasil”⁴⁷, onde apresenta uma análise desses resultados. São apresentados

⁴⁷ MORTARA, Giorgio. A população do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1945 (v.4)

dados como a população total, a sua composição – cor, nacionalidade, sexo, idade e atividades econômicas – e quais os estados mais povoados.

O censo de 1940, promovido pelo IBGE, e realizado pela Comissão Censitária Nacional, órgão do mesmo instituto, pôs fim a um longo período de ignorância do estado da população do Brasil, revelando que naquela data o país ascendia a cerca de 41,4 milhões de habitantes (em vez de 54,5 milhões a que se podia calcular que ascendesse, supondo-se continuar entre 1920 e 1940 a proporção aparente de crescimento observado entre 1900 e 1920).

Em relação à superfície do país, a população atual ainda era muito rara, correspondendo à proporção de apenas 5,38 habitantes por quilômetro quadrado. As regiões do Norte e do Centro-Oeste constituíam uma imensa zona, abrangendo 64,3% da superfície total do Brasil, mas com apenas 6,6% da população. No conjunto das outras regiões fisiográficas – as do Nordeste, Este e Sul, com uma superfície um pouco superior a 3 milhões de quilômetros quadrados, a população se aproximava de 43 milhões. Em 35,7% da superfície total do Brasil concentravam-se 93,4% da população.

Conforme a divisão administrativa, os habitantes do Brasil se discriminavam, aproximadamente, assim: 22,6 % no quadro urbano; 9% no quadro suburbano; e 68,4% no quadro rural. O que torna logo evidente a preponderância da parte rural – no sentido demográfico e econômico – na população.

A população brasileira havia aumentado em 39 milhões no curso de cem anos. Apesar das falhas dos registros dos nascimentos e dos óbitos, o Brasil recebera quase 5 milhões de imigrantes do exterior, mas cerca de 1/3 destes regressaram aos seus lares ou se transferiram para outros países, de modo que a contribuição das correntes imigratórias para o crescimento da população

se reduziu a menos de 3,5 milhões. Mortara conclui que uma parte preponderante do crescimento da população verificado no país não dependeu da afluência das correntes imigratórias e, sim, como expressão direta do incremento natural, onde o excedente médio anual dos nascimentos sobre os óbitos foi de 17,58 por 1000 habitantes. Natalidade muito elevada, mortalidade elevada, alta taxa de crescimento natural: assim resumiu o autor as características principais do movimento intrínseco da população brasileira.

A reduzida importância do elemento indígena e a cessação da imigração forçada dos escravos concorreram para tornar o crescimento dos grupos de cor parda e negra menos rápidos do que o do grupo de cor branca no período, este último alimentado pela imigração européia. Para o mesmo efeito concorreram as uniões mistas, cujos frutos passaram do grupo negro para o pardo e do pardo para o Branco com maior frequência do que no sentido oposto. E ainda concorreu a maior mortalidade verificada entre os negros e os pardos, em consequência do mais baixo nível econômico e cultural, ao mesmo tempo em que a natalidade nesses grupos não excedia, por via de regra, a do grupo branco. Mereceu ainda, por parte do autor, menção especial ao grupo de cor amarela, composto quase exclusivamente de japoneses e seus descendentes, que contava com $\frac{1}{4}$ de milhão de representantes do estado de São Paulo e com algumas dezenas de milhares em outras unidades da Federação.

A alta natalidade refletia-se numa proporção excepcionalmente elevada dos grupos de idades infantis e adolescentes, enquanto que a alta mortalidade revelava-se pela proporção excepcionalmente baixa dos grupos maduros e senis. Assim, verificava-se que 53% da população à época estavam abaixo dos 20 anos, enquanto que apenas 18% se encontravam em idades superiores aos

40 anos. Essa composição implicava com uma cota relativamente baixa, cerca de 43%, dos grupos de idade mais produtivos na atividade econômica.

A distribuição da população, referentes à população de 18 anos e mais – cerca de 21 milhões no censo de 1940, segundo as atividades econômicas era a seguinte: 1 milhão achavam-se inativos (em consequência da idade, ou de enfermidades, ou do excesso de pobreza, ou do excesso de riqueza); 8,5 milhões estavam ocupados em atividades domésticas e escolares; Entre os 11,5 milhões de ocupados fora do âmbito doméstico ou familiar, o maior núcleo era o dos ocupados na agricultura, pecuária e atividades afins, 7,4 milhões; em seguida, vinha a indústria, responsável pela ocupação de 1,5 milhões de pessoas. Essa contagem colocou em evidência a importância ainda modesta das atividades diversas das agro-pecuárias no conjunto da economia brasileira. De acordo com esses dados, pôde-se concluir que as atividades agro-pecuárias ainda eram as predominantes e que as indústrias tinham modesto destaque, ainda que tenha apontado um crescimento de 8 bilhões de cruzeiros em 1937 para 12 bilhões em 1940 e 27 bilhões no ano de 1943/1944.

Dois estudos presentes na Revista Brasileira de Geografia são destinados ao estudo da influência de dois produtos econômicos na vida da população brasileira. O primeiro é de Henrique Cáper de Souza, e trata da influência que o ouro exercia sobre a vida no interior do Brasil, e o segundo, de Gileno Dé Carli, relata a síntese da função civilizadora da cana-de-açúcar no Brasil.

4.2.3 – O Ouro e a Vida nalgumas regiões do Brasil⁴⁸

O autor, Henrique Cáper de Souza, engenheiro do Departamento Nacional da Produção Mineral e professor da Escola Técnica do Exército, trata da influência que o ouro exercia na vida da população no interior do Brasil, constituindo o eixo único do qual girava toda a vida da população. O autor pôde constatar que a lavra do ouro apresentava aspectos diversos no Brasil conforme a predominância do tipo de mineração: organizada, como em Minas Gerais, ou faiscação, como no extremo norte.

A mineração organizada constituía uma indústria que exigia grande reserva de minério, trabalhos profundos e demorados e pessoal especializado, tendo como base o emprego de capitais elevados e apoiando-se numa legislação mineira que a garantisse. Localizou-se no Brasil em regiões de população mais densa e de vida mais estável e por isso o seu reflexo no meio social era muito menos acentuado do que a faiscação, segunda modalidade da lavra do ouro.

⁴⁸ SOUZA, Henrique Cáper de. O Ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil. RBG. 1940, Vol. 2, nº01

Conforme Henrique Cáper de Souza, os lucros da mineração criavam modalidade de vida e de costumes, núcleos humanos à parte. A faiscação, com seu aspecto intensivo e exclusivo, se tornava a única fonte de receita da região, fazendo convergir para ela um comércio intenso e que repercutia profundamente na vida dos estados, pois criava uma corrente humana que desequilibrava as fontes estáveis de renda proporcionadas pela lavoura.

Como única expressão de organização social, passava a existir um comércio que abastecia o mineiro e que controlava a sua atividade. Existiam, com efeito, nas regiões auríferas, poderosas organizações comerciais, com base na capital dos Estados ou em cidades próximas, que, por intermédio dos seus agentes – ou pequenos comerciantes estabelecidos nas minas, adiantavam mercadorias aos faiscadores e drenavam para a sua sede todos o ouro produzido.

A depreciação da moeda brasileira repercutia de forma sensível e vantajosa na mineração do ouro. Se o preço do ouro subisse, crescia a atividade, multiplicavam-se os faiscadores. Uma verdadeira febre de ouro atacava as populações dedicadas até então a outras atividades.

Souza ressalta que o transporte deste metal, à semelhança das pedras preciosas e em conseqüência do seu alto valor por Kg de metal, praticamente nada custava além do transporte do indivíduo que o conduzia.

O regime da faiscação é um sistema de trabalho individual e livre, em que o mineiro não conhece patrão, mas apenas o comerciante a quem devia. A sua técnica é muito elementar, não necessitando de aparelhagem cara e pesada. O faiscador é dotado de extrema mobilidade e de extraordinária capacidade de penetração.

Comparando a repercussão social da lavra do ouro em estados de vida mais estáveis e população mais densa, como Minas Gerais e Paraná, o autor verifica a analogia que existia entre a mineração em grande escala e qualquer outra grande indústria, ainda que a faiscação só interessasse a uma parte mínima de população mineira por índole e profissão. Em regiões onde o único sustento era o gado, como no Rio Grande do Sul, a desvalorização da moeda brasileira fez surgir uma indústria em pequena escala e a formação de uma nova geração de mineiros. Já no extremo norte, de população mais escassa, com extensas regiões ainda virgens, estava surgindo uma fase mineira que o autor compara com a fase de Minas Gerais dos tempos coloniais. Populações de milhares de homens se deslocaram da agricultura para as zonas do ouro, zonas essas que se caracterizavam pela instabilidade, de onde as populações surgiam, cresciam e se extinguíam com espantosa rapidez

4.2.4 – Civilização do Açúcar no Brasil⁴⁹

Gileno Dé Carli, chefe da seção de Estudos econômicos do Instituto do Açúcar e do Alcool, relata no artigo a síntese da função civilizadora da cana-de-açúcar no Brasil. Com a influência da cana nos destinos econômicos e sociais da região nordestina, o autor descreve como se fundou o regime de terras, a maneira pelo qual se processou a formação dos latifúndios e, principalmente os latifúndios açucareiros. Em seguida, relata a luta de engenho contra engenho e depois a luta desses engenhos contra a usina.

Dentro desse regime de propriedade da terra, desdobra o panorama humano do trabalho agrícola. Destaca, a princípio, o trabalho escravo e depois

⁴⁹ CARLI, Gileno Dé Carli. Civilização do açúcar no Brasil. RBG, 1940, Vol. 02, nº 03

a ilusória sensação de liberdade, com enfoque nos dados acerca do padrão de vida dos trabalhadores rurais. No estudo da economia e da geografia econômica das regiões açucareiras, o autor investiga o surgimento das pragas nos canaviais, responsáveis pelo estacionamento da produção nordestina.

Outro ponto abordado por Gileno Dé Carli é o que ele denomina de fenômeno paulista. Investiga como São Paulo se tornou grande produtor de açúcar; qual sua técnica de trabalho e como esse estado se tornou fornecedor de cana do nordeste.

4.3 – Estudos sobre o território

4.3.1- Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico⁵⁰

Em 1940, o Prof. Emmanuel de Martonne publicou nos *Annales de Géographie* dois artigos sobre a morfologia brasileira. O interesse desses artigos foi tal que, por via diplomática, foi solicitado ao Prof. De Martonne a remessa de um exemplar de cada um deles, assim como a permissão para traduzi-los e publicá-los. O Professor atendeu a esse pedido e fez a doação de seus direitos autorais como agradecimento pela acolhida que teve por ocasião de suas missões no Brasil. Esses estudos foram publicados na *Revista Brasileira de Geografia*.

Do imenso território brasileiro, De Martonne afirma que a única parte cujo relevo pudesse ser objeto de estudo para a morfologia moderna era o maciço do Atlântico, cujos planaltos e serras, ultrapassando 2000 m de altitude, se estendem ao longo da costa de Santos à Bahia e são conhecidos até a mais de 5000 Km para o interior, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. É nessa região que aportaram os primeiros conquistadores e que se estabeleceram grandes massas de europeus, que, por causa das plantações, e sobretudo das minas, foram obrigados a ter um conhecimento mais rigoroso do solo e do subsolo.

Procurando precisar as relações do relevo com a estrutura, De Martonne distingue no maciço antigo diferentes domínios, a saber: 1^o) o das serras litorâneas, onde a orientação Sudoeste – Nordeste do relevo e da rede

⁵⁰ MARTONNE, Emmanuel de. *Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico*. 1943, vol.05, nº04.

hidrográfica corresponde à das camadas de gnaiss, mas onde os grandes desnivelamentos são devidos a um jogo de blocos deslocados e estão o mãos freqüentemente voltados para o oceano. 2º) O domínio da série metamórfica, caracterizado por cristas de rochas duras descontínuas e de orientação variável. 3º) Reconheceu nas cabeceiras do rio Doce e do rio das Velhas o começo de um novo domínio, onde a série de Minas está afetada por dobras com o eixo na direção Norte – Sul, cuja orientação se manifesta em pesadas cristas bastante descontínuas, formadas por quartzitos, e onde dobras de fundo dão uma alternância de depressões, que reproduzem num nível inferior o modelado da plataforma do rio Grande, e de serras relativamente audaciosas até a massa culminante da Bandeira. 4º) Estabelece ainda, de maneira certa, a existência no estado de São Paulo de uma superfície de erosão fossilizada pela série detrítica continental, chamada de SC. Sua extensão pode ser precisada numa faixa de 10 a 20 Km de largura e 200 Km, no mínimo, de comprimento. 5º) Por fim, distingue quatro superfícies de erosão, que supõe largos períodos de estabilidade.

No segundo artigo, De Martonne estuda as formas que são características do modelo tropical. Os climas sensivelmente diferentes das serras costeiras, dos altiplanos interiores e da alta montanha são aqui focalizados, sendo estudados os seus regimes e as suas conseqüências. Por fim, examina ainda as conseqüências das variações climáticas desde o Neogésico, não somente em sua alternância de períodos frios e quentes, mas também de períodos secos e úmidos que afetam, uns e outros, limites de altitude e de extensão para o interior das grandes massas florestais, assim como certos processos de erosão.

4.3.2 – O crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no último decênio⁵¹

Em 1941, Sílvio Fróes de Abreu, consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, publica um extenso e importante estudo sobre o crescimento do patrimônio Mineral do Brasil durante o decênio 1931/1941. No estudo, feito segundo as regiões geográficas do Brasil no período (Norte, Nordeste, Este, Sul e Centro-Oeste) e distribuído em cada uma das unidades da federação (Estado, Território e Distrito Federal), faz um balanço completo dos recursos minerais do país, mostrando o seu modo de ocorrência e condições de exploração.

De início faz um retrospecto das pesquisas minerais realizadas, dividindo-as por períodos: *Período Colonial*, quando o espírito de aventura dos portugueses e primeiros brasileiros investiga todo o país, resultando no conhecimento e exploração das zonas auríferas e diamantíferas, principalmente localizadas em Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás; *Período Imperial*, em que o empobrecimento dos aluviões, decorrente da grande atividade exploradora do período anterior, provocou uma diminuição na indústria mineral. Aparecem aí as tentativas de exploração mineira por grandes organizações e o desenvolvimento natural do país favorece o interesse pela exploração das minas de carvão do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesse momento, a zona de minérios ainda é no centro de Minas Gerais e Bahia; *Período Republicano*, fase de novas iniciativas e empresas arrojadas, em que vieram os agentes dos grandes consórcios de mineração e o país

⁵¹ ABREU, Sílvio Fróes de. O crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no último decênio. 1941, vol.03, nº 04.

sofreu intensa fase de pesquisa do subsolo. As minas de ferro e manganês eram avidamente disputadas e o ouro foi novamente pesquisado, havendo também aumentado o interesse pelo carbono nacional. O advento, em 1934, do Código de Minas, que tem como fundamento a separação dos direitos sobre o solo e sobre o subsolo, facilitou a todo cidadão brasileiro a exploração de qualquer jazida mineral e, como conseqüência, trouxe grande incremento a novas pesquisas. O patrimônio mineral do país cresceu mais na década de 1931/1941 do que em todo século anterior.

Dentre os produtos minerais que entraram no cômputo das riquezas naturais do Brasil no decênio estudado, contam-se os fosfatos de alumínio no Maranhão, a bauxita no planalto de Caldas e Espírito Santo, a magnesita na Bahia e Ceará, o diatomito no litoral do Nordeste e na Amazônia, o níquel em Goiás, o rutilo em Goiás, Minas Gerais, Ceará, o sal gema em Alagoas e Sergipe e o petróleo em Lobato, na Bahia, em 1939.

A existência de grandes jazidas de minério de alumínio, e as possibilidades hidroelétricas, abriram grandes horizontes à instalação de usinas de alumínio no país, tão necessárias ao desenvolvimento da aviação. Crescia a importância do metal magnésio, em vista de seu emprego na aviação e que, sob a forma de ligas muito leves e resistentes, estava sendo visado em substituir o ferro e mesmo o alumínio em vários setores da atividade humana.

4.3.3 – Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira⁵²

Silvo Fróes de Abreu publica ainda, em 1945, um artigo feito especialmente para RBG, “Fundamentos Geográficos da Mineração

⁵² Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira. 1945, Vol. 07, nº01

Brasileira”, cuja intenção era fazer chegar a todas as sedes municipais do Brasil o conhecimento das nossas riquezas e as ponderações cautelosas sobre problemas que exigiam esforço e dedicação para as devidas soluções.

Inicialmente, Fróes de Abreu distribui as riquezas minerais de acordo com as regiões brasileiras, a saber: Amazônia - pouca exploração em virtude do obstáculo da floresta, sendo o ouro e os diamantes as produções mais características; Nordeste - zona típica da tantalita, da cheelita, do berilo e da assiterita.; Leste - zona por excelência dos minérios; Sul - o carvão era a principal riqueza mineral; Por último, as regiões centrais que se caracterizavam pela produção de cristal de rocha, ouro e diamantes. Assevera que as grandes extensões sem minérios de qualquer natureza são justamente as zonas despovoadas do país, onde não haveria ninguém para desvendar os segredos do subsolo, pois onde o homem ocupou devidamente a terra, descobriu riquezas minerais.

No segundo capítulo, intitulado “Aspectos Físicos e Riquezas Minerais”, mostra as relações da geomorfologia e petrografia com a riqueza mineral e estuda os produtos minerais conhecidos no Brasil e sua distribuição pelas regiões.

O terceiro capítulo, “Distribuição Geográfica das Minas em Atividade”, o autor procura dar uma idéia da atividade mineral do país entre as décadas de 1930/1940, com a intenção de focalizar os núcleos em trabalho, mas sem entrar em cogitações quantitativas. Dessa Forma, restringe-se a um panorama geral, salientando os traços mais característicos da paisagem mineira, sob um aspecto puramente geográfico. Este capítulo tem por objetivo fornecer dados aos professores de Geografia, que careciam de informações precisas e

concisas sobre a parte geoeconômica que versa sobre o aproveitamento dos recursos minerais do país.

O autor completa os informes dados fazendo um balanço completo dos recursos minerais do país, indicando sua situação, características e condições de exploração. O estudo desse assunto é feito segundo as regiões geográficas (Norte ou Amazônica, Nordeste, Este, Sul e Centro-Oeste) e, dentro de cada região, distribuído por cada uma das unidades federativas.

No quarto capítulo, “Considerações Geopolíticas sobre os recursos minerais do Brasil”, Fróes de Abreu traça uma diretriz a ser seguida pela política econômica no que diz respeito à produção mineral. Condena o nacionalismo exagerado que, sem uma base sólida, declarava que tudo podia, buscando a auto-suficiência e evitando o intercâmbio comercial e a colaboração estrangeira. Disserta sobre as dificuldades que encontra a exploração mineral em certos lugares, tais como a distância dos centros consumidores, os insetos e a falta de água.

Estuda as relações entre a estrutura geológica e os solos agrícolas, concluindo que os solos ricos não cobrem uma área muito extensa em relação ao do território. Analisa a situação presente da produção mineral e suas possibilidades e os minerais utilizados na agricultura como fertilizantes. Em seguida, estende essa análise a todos os minerais importantes para a economia brasileira.

No quinto capítulo, intitulado “Os grandes problemas da Indústria Mineral”, o autor, refletindo sobre as necessidades fundamentais do país para assegurar um desenvolvimento sólido e harmonioso da mineração brasileira, chega à conclusão de que é necessário dar prioridade a cinco questões, relegando todas as outras para um plano secundário, a saber: o problema dos

combustíveis para o petróleo; o problema dos minérios para as indústrias básicas; o problema dos fertilizantes para o solo; o problema do enxofre para as indústrias químicas; o problema do cimento para as construções.

Silvio Fróes de Abreu afirma que é difícil estabelecer um grau de prioridades para esses problemas, pois todos são suficientemente importantes e o país não pode se desenvolver harmonicamente faltando apenas um deles. No primeiro tem-se a chave da distribuição econômica da produção, do aumento da área de influência dos vários centros produtivos do país e da estabilidade de numerosas indústrias nacionais.

No segundo, tem-se como padrão a siderurgia, que é a base dos grandes empreendimentos mecânicos, o substratum do desenvolvimento industrial do país e da sua defesa militar.

No terceiro têm-se os fundamentos de uma agricultura eficiente, de grande rendimento cultural, pondo-nos em condições de ter alimento barato e capaz de concorrer no mercado internacional com a produção agrícola de outras zonas tropicais.

No quarto têm-se os alicerces de toda a indústria química, e as armas para lutar contra os parasitas e os insetos nocivos. A indústria química atende a todos os problemas aqui apontados: no setor de explosivos, vai atuar nas minas de combustíveis e minérios facilitando a extração; e no setor dos ácidos vai constituir a base da fabricação dos fertilizantes, a base da purificação dos petróleos, a base da galvanização de chapas e fios e a base da indústria de explosivos de alto poder, para a defesa dos nossos direitos.

No quinto, sem bastante cimento não se pode atender aos requisitos de um surto industrial, às necessidades da expansão povoadora e à construção

das boas estradas de rodagem, capazes de suportar com eficiência um tráfego intenso.

Por último, Fróes de Abreu esboça, em síntese, um tema geopolítico, um programa de aproveitamento dos recursos naturais para criar um Brasil forte e estável. Conclui aconselhando que o governo brasileiro se aplique na criação de uma indústria mineral estável, favorecendo o capital nacional e o estrangeiro, que não seja contrário aos interesses do país.

4.4 - Divisão Regional

A importante questão da divisão do território brasileiro, como elemento de coesão nacional e visando a uma administração racional do território, foi matéria de estudo de vários intelectuais brasileiros, destacando-se na RBG os trabalhos do Tenente-Coronel João Segadas Viana, de Fábio de Macedo Soares e de Mário Augusto Teixeira de Freitas. Moacir Silva, em sua monografia “Geografia dos Transportes no Brasil”, também dedica uma parte de sua pesquisa a questão da divisão do território brasileiro em grandes regiões naturais geográfico-econômicas, apontando a divergência de opinião de vários autores com relação a essa questão, como André Rebouças, Elisée Reclús, Alberto Rangel e Delgado de Carvalho.

4.4.1 - Divisão Territorial do Brasil⁵³

O Tenente-Coronel João Segadas Viana, oficial do exército brasileiro, apresenta, no seu artigo “Divisão Territorial do Brasil”, sugestões para uma nova divisão territorial brasileira. Assegura que o problema tem preocupado os estudiosos e alguns legisladores desde o início do país como nação independente e conceitua que a divisão territorial de um país deve ter em vista facilitar sua vida administrativamente, em virtude da impossibilidade de centralizar diretamente sob uma só mão toda a administração pública.

Estuda os exemplos a respeito, dados por França, Alemanha Nazista e Itália, nos quais os interesses da Pátria não ficaram subordinados aos

⁵³ VIANA, Major João Segadas Viana. Divisão Territorial do Brasil. 1940, Vol.02, nº03

interesses de caráter regional, e tiveram como fator principal evitar a desproporção entre as províncias e facilitar, de um modo geral, a administração do país.

Recorda os nomes de Vergueiro, Evaristo da Veiga, Cândido Mendes, Sousa Franca – ainda no Império, e Amaro Cavalcanti, Rangel Pestana, Quintino Bocaiúva – na República, como propugnadores da nova divisão e cita os trabalhos que foram escritos sobre o assunto por Teixeira de Freitas em 1932 e Everardo Backeuser em 1933.

Analisa a atual divisão brasileira, que fora iniciada com as capitânicas gerais, nos tempos coloniais; a modificação dessa divisão sofrida graças ao trabalho das “bandeiras”, com a formação, entre outras, das províncias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul; e a ação da República com os desmembramentos do Paraná e Amazonas. Descreve os inúmeros inconvenientes da divisão presente à época, salientando que os estados brasileiros podiam ser divididos em três grandes classes: *classe a)* estados demasiadamente amplos e despovoados (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás); *classe b)* estados demasiadamente povoados e relativamente amplos (Minas Gerias, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo); *classe c)* estados intermediários sob dois aspectos: população e superfície. Referindo-se aos estados de *classe b*, diz que neles, para aumentar o mal proveniente do excesso relativo de população, existia ainda a circunstância de que eram justamente as unidades federativas de maior potencial econômico.

Assegurando não ter a pretensão de julgar perfeita a nova divisão que apresenta, porém proclamando a necessidade de ser feita uma modificação no quadro territorial brasileiro, resume, de um modo geral, os critérios que deveriam ser adotados na solução do problema: *o critério das populações*, não

adequado ao Brasil, país novo, inexplorado na maior parte de sua extensão e com população aglomerada na costa (uma linha imaginária, paralela ao litoral e distante 500 Km. Apresentaria, nessa estreita faixa – 40% da superfície total – com uma aglomeração de 43 dos 45 milhões de habitantes que o país possui). E o *critério das áreas*, aceito pelo autor, que, para sua aplicação, sugere as seguintes medidas: a) fixar um limite mínimo de população para que um determinado território possa ter a categoria de Estado (200.00 habitantes, por exemplo), sem o que ficará como simples território subordinado diretamente e dirigido pela União, que promoverá o seu desenvolvimento com muito mais recursos. b) determinar como superfície média a ser adotada uma área que implique na subdivisão dos grandes estados em população, tais como Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul, de maneira a diminuir a desproporção entre esses e os pequenos estados.

Dentro do critério da área a ser adotado estabelece o autor dois tipos: um de 85 a 130000 Km² para as zonas ricas e médias e o outro que vai de 130 a 170 000 Km² para as zonas pobres, o que fará com que o limite mínimo seja de 85 000 Km², e o máximo de 170 000 Km². Compreendidos nestes limites, o maior dos estados não teria mais que o dobro do menor, enquanto que, atualmente, o Estado de Amazonas tem uma superfície 80 vezes maior que o estado de Sergipe, o qual é pobre e, sem embargo, é 26 vezes menor que o rico estado de Minas Gerias.

É de opinião, que os limites deveriam ser estabelecidos pelos rios, de preferência, ou na falta destes, pelas montanhas. No apêndice apresenta o Brasil dividido em 27 estados, 1 Distrito Federal e 39 territórios e também a descrição detalhada dos limites da divisão proposta.

4.4.2 – Divisão Regional do Brasil⁵⁴

Já Fábio de Macedo Soares, por incumbência do Diretório Central do CNG, em seu artigo intitulado “Divisão Regional do Brasil”, mostra a necessidade de uma divisão regional do Brasil que tenha real proveito para a estatística, para a administração e para o ensino. Assevera que a questão da divisão regional apresenta-se de modo a causar grande perplexidade, tal a disparidade das divisões propostas pelos vários autores ou adotadas pelas instituições oficiais, variando extraordinariamente, quer o número, quer os limites das regiões admitidas por uns e outros.

Os motivos da desordem observada nos estudos sobre a divisão regional são causados, para ele, na variedade de critérios adotados e mesmo em certa falta de rigor científico quanto ao conceito de “região natural”, conceito minuciosamente estudado pelo autor. Em cinco parágrafos, documentadas em escolhida bibliografia e resumidos em conclusões, sintetiza que: uma região natural deve ser caracterizada por um conjunto de fenômenos, e não por um único isoladamente, correlacionados entre si, pois tal correlação é que confere à região a sua unidade. Nem todos os fenômenos precisam ser considerados, mas sim aqueles que são realmente significativos, em torno dos quais todos os outros se agrupam, e que dão à região um cunho particular. Tais elementos fundamentais não são os mesmos de uma região para outra.

As regiões devem ser pouco numerosas e tanto maiores quanto mais extenso é o país que se considera. Tais “Grandes Regiões” podem ser divididas

⁵⁴ MACEDO SOARES, Fábio de. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1941, vol. 03, nº02

em “regiões menores e estas em sub-regiões”, para um estudo cada vez mais pormenorizado.

As regiões devem ser nitidamente delimitada nas cartas, por limites lineares, evitando-se a representação de zonas de transição por tintas esbatidas. Tais zonas, no caso de deverem ser consideradas, pela importância que tiverem, devem ser encaradas como regiões distintas, tais como outras quaisquer. Quando a diferenciação se dá por gradações insensíveis (diferenciação por diversidade), a delimitação deve ser baseada naqueles fenômenos, embora secundários, que apresentem algum contraste.

Uma região natural deve ser caracterizada por fenômenos do domínio da Geografia Física. Dentre os fatos humanos, podem ser utilizados aqueles que resultem do imperativo do meio físico, a título de confirmação, e para solucionar os problemas que ainda se apresentem quanto aos limites.

As regiões naturais constituem a melhor base para uma divisão regional prática, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que permita a comparação dos dados em diferentes épocas. As regiões humanas, particularmente as econômicas, pela sua instabilidade, não fornecem base conveniente para tal comparação no tempo; constituem, porém, uma boa divisão para estudo de um país numa época dada, quando mais importar a comparação no espaço, de umas partes com as outras. No caso de uma divisão para fins didáticos deve sempre ser considerada como básica a divisão em regiões naturais.

Em seguida, analisa as divisões já propostas, fazendo um exame crítico, e assegura que a melhor divisão baseada em regiões naturais é a proposta pelo Prof. Delgado de Carvalho, adotado nos programas de ensino secundário da Geografia, em vista do atual grau de conhecimento relativo ao território.

Quanto às regiões econômicas, prefere a estabelecida pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, desde que os estados de Maranhão e Piauí sejam incluídos na região nordeste, tendo em vista a situação econômica do país.

Quanto à escolha entre essas duas divisões, lembra que uma divisão baseada nas “regiões naturais” tem a grande vantagem da estabilidade, permitindo um melhor estudo da evolução de um país através do tempo, pela comparação dos dados estatísticos referentes a diversas épocas. Já uma divisão baseada nas regiões humanas, e, em particular, referente aos fatos econômicos, permite um melhor estudo da situação de um país num dado momento, quando for dada maior importância à comparação no espaço, de umas partes com as outras. O autor notou ainda que as regiões humanas, em sua instabilidade, ora se distanciam, ora se aproximam das regiões naturais.

Macedo Soares reitera, porém, que o problema fundamental das divisões regionais propostas é o da determinação das “regiões naturais”. Uma vez que alguns pretenderam realmente apresentar divisões em “regiões naturais”, muitos outros se basearam apenas em determinados aspectos isolados, considerando regiões orográficas, climáticas, botânicas ou econômicas. Assim, revisa em linhas gerais as divisões mais importantes propostas, que revelam as tendências dominantes quanto à solução do referido problema, a saber: André Rebouças, Elisée Réclus, Said Ali, Delgado de Carvalho, Pierre Denis, Betim Paes Leme, IBGE, Conselho Técnico de Economia e Finanças e Ezequiel de Souza Brito

Por último, afirma que ao geógrafo cabe somente fornecer ao administrador uma base para a divisão prática, única para fins administrativos, sobretudo estatísticos. Deste modo, em virtude da instabilidade demonstrada da divisão segundo o critério econômico, conclui que o depoimento da

Geografia é favorável a uma divisão baseada em “regiões naturais”, caracterizadas predominantemente por fenômenos da Geografia Física.

4.4.3 – A Redivisão Política do Brasil⁵⁵

Mário Augusto Teixeira de Freitas, Secretário Geral do IBGE, também demonstra inicialmente em seu artigo, “A Redivisão Política do Brasil”, os inconvenientes da divisão política vigente à época, que, em sua opinião, estaria pondo obstáculos à evolução do Brasil. Em seguida, diz que o regime político em vigor no país oferecia, pelo predomínio do Governo Central, condições excepcionalmente favoráveis à implantação de uma nova divisão política que atendesse a princípios gerais, uniformes e racionalizadores, visando uma melhor organização política, social e econômica da sociedade.

Apresenta então o seu plano de redivisão política, que obedece aos seguintes princípios: fixação de um padrão de área, entre 250 350 mil quilômetros quadrados, para as unidades políticas brasileiras; inalterabilidade dos territórios das atuais unidades políticas que, em um novo quadro, seriam devidamente ajustadas e combinadas em um plano geral de redistribuição; transformação dos pequenos estados em departamentos, que devidamente agrupados constituíram novas unidades políticas, dentro do padrão de área prefixado e cujas capitais seriam escolhidas em ponto neutro, na convergência dos limites dos estados anteriores; desmembramento do estado de Minas Gerais que contribuiria para a formação de três novos estados - dois marítimos e um interior; formação do Distrito Federal ao redor da cidade de Belo

⁵⁵ TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. A Redivisão Política do Brasil. 1941, vol. 03, nº 03.

Horizonte, para onde se levaria a capital do país; transformação da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, em capital do novo estado da Mantiqueira, que se formaria com o estado do Rio de Janeiro, com parte do estado de Minas Gerais e com o Distrito Federal; desmembramento dos grandes estados em novas unidades políticas, que segundo o grau de povoação e de progresso seriam os estados autônomos ou províncias médias autônomas ou territórios sob jurisdição do Governo Central.

O autor explica a subdivisão das novas unidades políticas em departamentos, que por sua vez se comporiam em municípios, e esclarece como o departamento e o município teriam suas atribuições perfeitamente combinadas em um conjunto harmonioso. Teixeira de Freitas conclui o seu artigo estudando, sumariamente, o problema da execução do plano de redivisão política sob os pontos de vista político, financeiro e técnico, afirmando ser perfeitamente exeqüível o plano. O artigo é ilustrado com um mapa que concretiza, em um esboço, a redivisão política proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de centralização do poder político no país para combater os diversos interesses das oligarquias regionais juntamente com os movimentos contestatórios contra a hegemonia dessas oligarquias, a crise cafeeira, e, no contexto externo, a crise de superprodução de 1929 e a Grande Depressão, formaram o contexto favorável para a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

O período subsequente à Revolução foi fundamental para o planejamento espacial brasileiro, pois Vargas buscou implementar relações e articulações econômicas territoriais internas e externas para a sustentação e desenvolvimento da Nação. Nesse momento, o Estado assume diretamente alguns projetos com o objetivo de criar uma identidade nacional, integrar o território, diversificar a estrutura produtiva do país e reduzir a dependência externa.

É nesse momento que também acontece a institucionalização da Geografia brasileira, através da criação do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, do curso de Geografia nas universidades do país e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que possibilitou a implantação da ciência geográfica moderna e serviu de base para a implementação dos projetos nacionais idealizados.

O IBGE, precisamente, surge com a incumbência legal de coordenar e executar as políticas, os levantamentos e os estudos analítico-territoriais do Estado. O produto dessas atividades passou a ser veiculado pela Revista Brasileira de Geografia, periódico do próprio IBGE, lançada em 1939, que

veicula também trabalhos de outros importantes órgãos de pesquisa e planejamento.

A RBG resguarda toda a produção científica da Geografia brasileira desde a sua institucionalização, constituindo-se em importantíssima fonte de consulta para todos os profissionais e entusiastas da Geografia. Os seus artigos não são apenas de autoria de geógrafos, mas de uma elite intelectual que pensou e esquadrinhou o Brasil, destacando as suas atividades sócio-espaciais. Sua influência não foi só em termos teórico-metodológicos - como divulgação do conhecimento do território brasileiro; da metodologia geográfica moderna; da metodologia do ensino da Geografia; e dos conhecimentos da ciência geográfica e ciências correlatas, mas também políticos, sendo um importante veículo de divulgação dos preceitos e projetos estatais.

Assim, o objetivo fundamental das análises dos artigos da Revista Brasileira de Geografia realizadas neste trabalho consistiu em conhecer a participação da Geografia no projeto político estatal implementado durante a Era Vargas. Para conseguir tal objetivo, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, a saber: O primeiro capítulo teve como objetivo recuperar a crítica ao modelo político da República Velha e os novos arranjos políticos-institucionais que surgiram com a Nova República, sob o comando de Getúlio Vargas; o segundo capítulo tratou das novas instituições do período que foram responsáveis pela implantação da moderna Geografia no país - Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e as Universidades de São Paulo e do Distrito Federal; o terceiro capítulo procurou apresentar a Revista Brasileira de Geografia, sua importância e finalidade, sendo delimitado um panorama sobre toda a sua produção (1939 a 2005). Por último, o quarto capítulo, com intuito de melhor

conhecer os projetos políticos territoriais para o país no Estado Novo, apresentou alguns estudos presentes na RBG durante os anos de 1939 a 1945. Esses estudos foram divididos pelos seguintes temas: A Questão dos Transportes e da Comunicação no Brasil; Estudos sobre a População Brasileira; Divisão Regional; e Território Brasileiro: solo, clima e energia.

Embora haja um domínio dos artigos dedicados à escala local na Revista, os estudos consagrados à escala nacional apresentam uma expressiva produção. Analisando a sua distribuição temporal, podemos averiguar que a maior incidência desses artigos ocorreu entre os anos de 1939 a 1945, anos da política territorial varguista; entre os anos de 1959 a 1963, período sob impacto da política desenvolvimentista de Juscelino; e entre os anos de 1964 a 1978, período do Governo Militar. Através dessa análise, pode-se perceber a importância da produção intelectual da Geografia para os projetos nacionais de centralização política adotados nos períodos.

Os temas de mais destaque no período de 1939 a 1945 demonstram uma certa preocupação com a forma e extensão do país, com os meios de transporte e de comunicação, com a capacidade industrial brasileira, com as características da população e com a redivisão territorial, de forma que atendesse a princípios racionalizadores, visando uma melhor organização política, social e econômica da Nação.

Nesse sentido, os artigos apontaram grandes contribuições, pois trouxeram para o debate geográfico a discussão da integração e do desenvolvimento nacional através dos estudos e pesquisas de seus autores, prestando não só grande contribuição à Geografia brasileira, como também para o país.

De uma maneira geral, englobando todo o período de publicação da Revista Brasileira de Geografia (1939- 2005), os temas que mais se destacaram estão interligados com a questão da integração nacional e da construção da identidade nacional - com estudos geomorfológicos do território brasileiro; estudos de climatologia, demografia, regionalização, urbanização e industrialização no Brasil; além de haver uma certa preocupação com os meios de transporte e de comunicação, com a mudança da capital federal, a geopolítica das fronteiras e a redivisão territorial - e revelam uma preocupação com a capacidade industrial do país, com os recursos naturais e com a população brasileira. A Revista apresenta ainda importantes estudos sob a óptica da geopolítica, com estudos sobre a forma e extensão do país, clima e energia climática e organização social e política .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luciano Aronne de. *O Rio Grande Estadonovista: interventores e interventorias*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005, tese de doutorado.

ABREU, Sílvio Fróes de. O crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no último decênio. 1941, vol. 03, nº 04.

_____. Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira. 1945, Vol. 07, nº01

AMARAL, Azevedo. Estado Autoritário e a Realidade Nacional Rio de Janeiro – José Olympio – 1938

CARLI, Gileno Dé Carli. Civilização do açúcar no Brasil. RBG, 1940, Vol. 02, nº 03.

CARVALHO, José Murilo, Cidadania no Brasil – O Longo Caminho. Segunda edição. RJ. Ed. Civilização Brasileira. 2002 p. 94

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1939 (v.1: n.2, n.3).

FRÓES DE ABREU, Sílvio. O crescimento do Patrimônio Mineral do Brasil no último decênio. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1941 (v.3)

_____. Fundamentos Geográficos da Mineração Brasileira. RBG, IBGE, vol. 07, nº 01.

FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. O redescobrimto do Brasil in: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro

IBGE. Revista Brasileira de Estatística, nº 01, p.04

IBGE. Diretrizes Fundamentais da Estrutura e Atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Revista Brasileira de Estatística, nº 02 p.195

IBGE, Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. Revista Brasileira de Geografia, 1939, nº 01. p. 14

LIMA, Miguel Alves de. Revista geo-paisagem (online). Ano 2, nº 03, 2003. Janeiro/Junho de 2003. ISSN nº 1677-650X

MACEDO SOARES, Fábio de. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1941, vol. 03, nº 02

MACEDO SOARES, José Carlos. Diretrizes Fundamentais da Estrutura e Atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Revista Brasileira de Estatística, Vol. I, nº 02.

MACHADO, Mônica Sampaio. A Geografia universitária carioca e o campo científico-disciplinar da Geografia brasileira. Orientador: André Roberto Martin. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.

_____. Interpretações de Brasil em Geografia: uma análise da produção geográfica nacional. Projeto de pesquisa 2002.

MARTONNE, Emmanuel de. Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico. 1943, vol. 05, nº 04.

_____. Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico. 1944, vol. 06, nº 02.

MORTARA, Giorgio. A população do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1945 (v.4)

NUNES LEAL, Victor. Coronelismo, Enxada e Voto – São Paulo; Alfa Ômega, 1976

PENHA, Eli Alves. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo – Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. 123p.

PINTO, Surama Conde Sá. Revisitando "Velhas" Questões: Coronelismo e Clientelismo Vassouras, RJ, Anpuh. 1998

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Ordem Burguesa e Liberalismo Político. Livraria Duas Cidades.

SCHARTZMAN, Simon. Estado Novo, um Auto-Retrato. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. 620p. 163-191.

SEGADAS VIANA, Major João. Divisão Territorial do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 1940 (v.2)

SILVA, Moacir. A Geografia dos Transportes no Brasil: O Meio. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. nº 02. 1939.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Penetração. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. nº 03, p.60-72. 1939.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Interiorização. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 01. nº 04. 1939.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Produção. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n° 01, p.35-52. 1940.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Primitiva. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n° 02, p.216-239. 1940.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n° 03, p.407-439. 1940.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 02. n° 04, p.500-586. 1940.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Interna Atual. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n° 01. 1941.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Periférica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n° 02, p.150-176, abril/ junho, 1941.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Circulação Superior. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n° 03, p.97-112, julho/ set, 1941.

_____. A Geografia dos Transportes no Brasil: Ultimo Capítulo. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. v. 03. n° 04, p. 57-76, out/ dez, 1941.

SIMAS, Adriana de Melo DONOVAN, Paula A Contribuição De Moacir Silva à Geografia Brasileira: uma Releitura da Geografia dos Transportes – Considerações Iniciais. Congresso Brasileiro de Geografia. Goiás, 2004.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ª Edição. Editora Paz e Terra. P. 28

SOUZA, Henrique Cáper de. O Ouro e a vida nalgumas regiões do Brasil. RBG. 1940, Vol. 2, n° 01

TAVARES, José Antônio Giusti. A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 182p.

TEIXEIRA DE FREITAS, Mário Augusto. A Redivisão Política do Brasil. 1941, vol. 03, n° 03.

VIANA, Major João Segadas Viana. Divisão Territorial do Brasil. 1940, Vol. 02, n° 03.

VIANNA, Luiz Werneck. A Transição – da Constituinte à Sucessão Presidencial. Editora Revan. Rio de Janeiro, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)